

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CAMPUS DARCY RIBEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ENVER DIAS MURARI BORBA

**CONFLITOS TERRITORIAIS NA FLORESTA NACIONAL BOM FUTURO –
RONDÔNIA: O CASO DE RIO PARDO**

Brasília
2015

ENVER DIAS MURARI BORBA

**CONFLITOS TERRITORIAIS NA FLORESTA NACIONAL BOM FUTURO –
RONDÔNIA: O CASO DE RIO PARDO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Geografia da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra

Brasília
2015

Para os (as) camponeses e camponesas desse imenso país que, com seus suor e sangue vêm
regando a terra onde há de florescer um outro Brasil.

Para o Carlos, meu pequeno, que em sua rápida passagem tanto me ensinou sobre o que
realmente importa...

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meu pai, pela compreensão e apoio diante dos erros e acertos ao longo de todos esses anos.

À meu irmão, pelo apoio nas horas difíceis dos últimos meses e principalmente por tudo de bom que sua presença me inspira.

À Zaira, pelo lado maravilhoso de sua louca teimosia e por sempre me lembrar que a monografia não era nenhum bicho de sete cabeças.

À Associação Brasileira de Advogados do Povo - ABRAPO, pelos contatos sem os quais o trabalho não teria sido possível.

Ao Professor Juscelino Bezerra pela disposição e capacidade de colocar nos trilhos um bonde que já vinha em movimento.

A todos (as) que me acolheram em Porto Velho e em Jaru, cujos nomes não podem ser citados aqui, pois estão a empenhar suas vidas em cada passo que dão na luta.

“Na história das revoluções surgem à luz contradições que amadurecem ao longo de décadas e até séculos. A vida adquire uma riqueza sem precedentes. Aparecem na cena política, como combatente ativo, as massas, que sempre se mantiveram na sombra, e que por isso passam com frequência inadvertidas para os observadores superficiais, e inclusive, em ocasiões, são depreciadas por eles. Estas massas aprendem na prática, ensaiam seus primeiros passos à vista de todos, tateiam o caminho, fixam-se objetivos, põe à prova suas próprias forças e as teorias de todos seus ideólogos. Realizam heróicos esforços para elevar-se à altura das tarefas gigantescas, de envergadura universal que a história lhes impõe, e por grandes que possam ser as derrotas isoladas, e por muito que possam comover-nos os rios de sangue e os milhares de vítimas, nada pode comparar-se em importância com o que representa esta educação direta das massas e das classes, no curso da luta revolucionária direta. A história desta luta há que medi-la dia a dia.”

(Lenin – *Jornadas revolucionárias*, em “O que ocorre na Rússia?”. 1905)

“O autor nunca se esquivou às conclusões filosóficas; mas, quando viu o fio adelgaçar-se exageradamente, preferiu quebrá-lo e uni-lo aos fenômenos que correspondem à experiência. Porque, assim como algumas plantas só dão frutos na condição de não se desenvolverem excessivamente, também é preciso não deixar crescer demasiado as folhas e as flores teóricas das artes práticas, mas reaproximá-las da experiência, que é o seu terreno natural.”

(Carl Von Clausewitz – *Da Guerra*. 1832)

RESUMO

Tendo como base a reflexão sobre as características do processo de ocupação territorial da Amazônia brasileira por diferentes agentes sociais nas últimas décadas, bem como sobre o papel do Estado brasileiro nesse processo, buscamos identificar os diversos interesses presentes na disputa pelas terras da Floresta Nacional Bom Futuro, na porção noroeste do estado de Rondônia. A FLONA Bom Futuro foi criada em 1988 com uma área de 250 mil ha, tendo sofrido desde então forte pressão de ações antrópicas como pecuária e extração madeireira. A Unidade teve seus limites reduzidos para cerca de 97 mil ha por um decreto de 2010 que formalizava o acordo firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do estado de Rondônia em 2009, segundo o qual a união doava a maior parte da FLONA em troca das terras de uma reserva estadual que viria a servir para a construção da Usina Hidrelétrica de Jirau. Também foi alvo desta pesquisa a avaliação sobre possível impacto deste acordo sobre o conflito instalado no entorno da FLONA. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica, análise de documentação oficial relativa às alterações nos limites da Unidade de Conservação, análise de material jornalístico relacionado ao conflito, trabalho de campo em Porto Velho, Jaru e Rio Pardo, em Rondônia e a sistematização das informações em gabinete. As informações recolhidas proporcionaram um quadro mais complexo do que aquele com o qual nos deparamos nos discursos oficiais acerca dos interesses presentes na região.

Palavras chave: Amazônia – conflito – Floresta Nacional – latifúndio – Rondônia

RESÚMEN

Sobre la base de la reflexión de las características del proceso de ocupación territorial de La Amazonia brasileña por diferentes actores en las últimas décadas, así como el papel Del Estado en este proceso, se busco identificar los diferentes intereses en juego en la disputa por lãs tierras de la Floresta Nacional Bom Futuro en la parte noroeste del estado de Rondonia. La Floresta Nacional Bom Futuro fue establecida en 1988 con una superficie de 250 000 ha, habiendo sufrido ya La fuerte presión de lãs actividades humanas como la agricultura y La explotación forestal. La Unidad tuvo sus limites reducidos a aproximadamente 97 000 ha en 2010 por un decreto que formaliza el acuerdo firmado entre el Ministerio de Medio Ambiente y el Gobierno del Estado de Rondônia en 2009, según la cual la federación dono la mayor parte dela FLONA em cambio de terrenos de una reserva estatal que servirá para construir la Central Hidroeléctrica de Jirau. También fue objeto de esta investigación la evaluación del posible impacto de este acuerdo sobre el conflicto instalado en torno a la FLONA. Los procedimientos metodológicos implicaron revisión de la literatura, el análisis de la documentación oficial sobre los câmbios em los limites del área protegida, análisis de material periodístico relacionado com los conflictos, el trabajo de campo en Porto Velho, Jaru y Río Pardo, en Rondônia y la sistematización de la información em la oficina. La información recopilada ofreció una visión más compleja de lo que aquella com la que nos enfrentamos em los discursos oficiales sobre los intereses involucrados em la región.

Palabras clave: Amazonia – conflicto – Floresta Nacional – latifúndios – Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 OCUPAÇÃO DA AMAZÔNICA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	12
1.1 Dinâmicas recentes de ocupação do território amazônico	12
1.2 A Floresta Nacional Bom Futuro	28
2 TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CONFLITO.....	32
2.1 Território na Geografia.....	32
2.2 A Fronteira.....	38
2.3 A abordagem do conflito.....	42
3 O CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO E O CONFLITO EM RIO PARDO	46
3.1 Sobre a <i>questão agrária</i> no Brasil.....	46
3.2 A Concentração fundiária hoje	50
3.3 O conflito em Rio Pardo.....	53
3.4 Estágio atual do conflito e sua aproximação com a pesquisa.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Quando em 2014 decidimos desenvolver como trabalho de conclusão de curso uma pesquisa relacionada aos conflitos agrários na região norte do país, fomos movidos por dois anseios. Um primeiro de ordem pessoal, que era o de realizar uma pesquisa que, marcando o encerramento de uma longa fase de formação, não se constituísse em mera formalidade, mas que, pelo contrário, tivesse significado e vinculação com certas experiências vividas antes de ingressar nesta universidade. Um segundo anseio, de ordem política, era o de buscar realizar uma pesquisa dotada de atualidade e de certa relevância social. A escolha pelos conflitos instalados no entorno da Floresta Nacional Bom Futuro foi incentivada pelo acompanhamento que vínhamos fazendo via imprensa dos desdobramentos do conflito desde 2013.

A princípio pretendíamos abordar o caso de forma “panorâmica”, sem adentrar certas polêmicas acerca do contexto agrário brasileiro, o que, na época acreditávamos que pudesse levar o trabalho a perder o foco nos aspectos práticos que acreditávamos serem os mais importantes. A atenção seria voltada para o avanço da mineração na região. Tentaríamos avaliar o impacto da aprovação da Lei 11.284, Lei de Gestão de Florestas Públicas, sancionada em 2006, sobre a exploração de recursos minerais na área. Uma base de comparação seria a situação da FLONA Jamari, vizinha à Bom Futuro e que, desde setembro de 2010 tem, com base nesta lei, parte de suas terras concedidas para exploração mineral e madeireira por empresas privadas.

Com o avanço de algumas leituras e principalmente depois da primeira saída a campo, percebemos que, de um lado, a exploração mineral não figurava entre os móveis do conflito no entorno da FLONA e, de outro, que seria impossível nos eximir de abordar o caso como o de um conflito agrário, por estarem ali evidentes os típicos elementos desse tipo de conflito.

Como em qualquer processo de disputa territorial em que estão envolvidos múltiplos interesses, e em se tratando de um processo que se encontra em plena evolução, as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa estiveram muito relacionadas à ausência, ambigüidade e inexatidão de informações: número de famílias residentes em área ocupada irregularmente; número de “propriedades” rurais em terras que são, em sua maioria, griladas; unidades de conservação recém criadas cujos limites ainda não estão claramente definidos; etc. Somou-se a isso a dificuldade em obter informações mais precisas sobre os agentes envolvidos no conflito devido à própria agudeza da disputa, ou seja, o grau de violência constatado era tão alto que impunha certo “regime de silêncio” na região, dificultando a

identificação de elementos que poderiam ser decisivos para uma melhor compreensão do caso. Além disso, a questão da distância — Distrito Federal - Rondônia — é algo que não pode ser ignorado como uma dificuldade adicional.

Depois de esclarecido o eixo em torno do qual se desenvolveria a pesquisa e identificados seus principais limites, foram definidos os pressupostos teóricos que deveriam nortear o trabalho. Nesse sentido o conceito marxista de Imperialismo mostrou-se decisivo no esforço por explicar a presença de interesses de corporações transnacionais na região amazônica e a ação de tais interesses como condicionantes dos conflitos na região. Já a abordagem do papel da concentração fundiária como elemento básico do conflito em questão foi feita a partir da noção de *latifúndio* ou *sistema latifundiário*, em oposição à de *agronegócio*, esta identificada como recurso ideológico que entre outras coisas, mascara a sobrevivência de relações de tipo pré-capitalistas no espaço agrário brasileiro.

Para o início da pesquisa foram levantadas duas hipóteses básicas. A primeira era a de que na disputa pelas terras da FLONA Bom Futuro estavam implicados interesses mais variados do que os identificados sinteticamente nos meios de imprensa e no discurso ambientalista como sendo de “grileiros e madeireiros” de um lado e “fiscalização ambiental”, de outro. A segunda era a de que o acordo entre governo federal e governo estadual de Rondônia firmado em 2009, que resultou na redução da FLONA e na criação de duas áreas de preservação estaduais na área desmembrada, teria levado a um agravamento dos conflitos na região, particularmente no entorno da localidade de Rio Pardo.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, a pesquisa se desenvolveu a partir da revisão de bibliografia existente sobre o tema, do acompanhamento do conteúdo jornalístico relacionado ao conflito constante em periódicos locais e notas de órgãos oficiais e a partir do recolhimento de depoimentos de moradores da região presentes durante os fatos relatados ou a eles vinculados indiretamente.

Em relação à bibliografia, verificamos uma maior ocorrência de trabalhos relacionados ao estágio de degradação ambiental das Unidades de Conservação em Rondônia e poucos trabalhos relacionados com os conflitos existentes pela disputas das terras e dos recursos florestais.

O acompanhamento das notícias relacionadas ao conflito foi feito por meio de vários sítios eletrônicos de jornais locais (RO), pelas páginas de órgão oficiais como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Rondônia – SEDAM-RO e pelas páginas de organização como Comissão Pastoral da Terra -

CPT, Associação Brasileira de Advogados do Povo – ABRAPO, Jornal Resistência Camponesa, entre outros.

Em função da melhor delimitação do trabalho e do recolhimento dos depoimentos, foram realizados dois trabalhos de campo sendo que, no primeiro pudemos ter contato com membros da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia e com funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. No segundo pudemos visitar o distrito de Rio Pardo, além de passar três dias em contato direto com moradores da região e com advogados ativistas da luta pela terra nos municípios de Jaru e Buritis.

O objeto de nossa pesquisa é o conflito entre distintos interesses existentes no processo de apropriação territorial das terras da Floresta Nacional Bom Futuro, localizada entre os municípios de Ariquemes e Porto Velho, em Rondônia. Apesar de muitos dos problemas a serem analisados possuírem suas raízes em fatores já presentes quando da criação da UC, ressaltamos que a pesquisa se concentra na presença e dinâmica atual dos elementos geradores do conflito, particularmente no comportamento de tais elementos após o acordo firmado em 2009 entre o governo do Estado de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente, acordo este que resultou numa drástica redução dos limites da FLONA.

Em novembro de 2013 repercutiram nacionalmente os graves acontecimentos decorrentes de uma operação, envolvendo tropas da Força Nacional de Segurança - FNS, da Polícia Militar de Rondônia, Polícia Federal e analistas ambientais do IBAMA e ICMBio, que visava a desocupação de uma antiga área da Floresta Nacional Bom Futuro - RO ocupada por famílias camponesas, bem como cumprir ordens de prisão de lideranças locais da referida ocupação. Depois da prisão de dez pessoas que ali residiam, no dia seguinte à operação, foram enviadas a título de “reforço de efetivo” tropas da Força Nacional de Segurança com o objetivo de garantir a desocupação e cumprir novas ordens de detenção. O conflito que se seguiu à chegada das tropas resultou, além das prisões e apreensões de veículos, na morte, até hoje não bem esclarecida, de um soldado da FNS.

O caso relatado foi apenas mais um episódio do que tem se constituído numa longa e penosa trajetória no processo de consolidação desta Unidade de Conservação.

Desde sua criação, a partir da assinatura do Decreto nº 96.188, de 21 de junho de 1988, a FLONA Bom Futuro é palco permanente de uma complexa disputa de interesses no Estado de Rondônia. As diferentes atividades econômicas desenvolvidas dentro de seus limites legais e na área de seu entorno imediato (ocupação de áreas para pastagem, atividades madeireiras de diferentes dimensões, extração mineral, agricultura, etc.) desde meados da década de 1980, produziram um quadro dos mais complexos de todo o país no que toca às

Unidades de Conservação. Um verdadeiro desafio para os órgãos de fiscalização e regulação, mas especialmente um desafio para as famílias camponesas que ali acabaram por construir suas vidas numa luta diária contra a opressão do sistema latifundiário e a repressão sistemática de mecanismos que o sustentam.

A primeira parte deste trabalho apresenta uma breve discussão sobre a dinâmica recente de ocupação da região amazônica, seus principais vetores e as particularidades mais relevantes desse processo. Ainda no primeiro capítulo tentamos fornecer também um quadro minimamente claro da atual caracterização e contextualização da área de estudo.

Na segunda parte se concentra a discussão da categoria *território* na Geografia e a discussão sobre a abordagem do conflito enquanto conflito agrário. Sem pretender aprofundar uma discussão propriamente epistemológica, o objetivo é apenas o de fornecer uma demarcação de escala/dimensão e apresentar as consequências políticas imediatas desta demarcação.

Na terceira parte estão contidos elementos mais concretos do conflito analisado — o desenrolar dos choques mais recentes na região e o que eles nos revelam sobre a natureza do conflito e as reais motivações das partes diretamente envolvidas. A descrição dos resultados do trabalho de campo é precedida de uma breve discussão sobre a questão agrária e a concentração fundiária no Brasil.

Os resultados obtidos na pesquisa apontam para a confirmação da primeira hipótese, diante da verificação de múltiplos interesses distintos entre si e que se alinham em campos opostos de forma diversa do que se pode constatar impregnado no senso comum, ou seja, fora da polarização entre “agressores do meio ambiente” (em geral) e “fiscalização ambiental” (imparcial).

A segunda hipótese não pôde ser plenamente confirmada, já que apenas com as informações recolhidas não foi possível constatar aumento ou diminuição dos choques entre diferentes agentes envolvidos no conflito, ficando apenas clara a permanência de um quadro de tensão e violência muito grande em toda a região.

1 OCUPAÇÃO AMAZÔNICA E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.1 Dinâmicas recentes de ocupação do território amazônico

A região Norte como recorte regional brasileiro geralmente é tida como sinônimo da abrangência do bioma amazônico. Por isso mesmo, para além de sua definição geográfica mais precisa, torna-se necessário analisar as diversas possibilidades de caracterização da Amazônia como região claramente definida. Para fins do presente texto toma-se a Amazônia Legal como objeto de estudo. Desse modo, antes de abordar propriamente as dinâmicas de ocupação do território amazônico e as características específicas da área em estudo, é indispensável uma breve distinção.



Figura 1: <http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/amazonia-amazonia-legal-e-regiao-norte-saiba-a-diferenca/>

Atentamos para que esta distinção – entre Região Norte (político-administrativa), Amazônia (“floresta tropical”) e Amazônia Legal – não deve servir para “engessar” a abordagem do território amazônico, expressando uma tendência empírico-normativa do

conceito. Pelo contrário, buscamos aqui e ao longo de toda a pesquisa fazer com que a observação do esforço normativo institucional sirva exatamente para revelar, por meio de seu contraste com as iniciativas de resistência locais, a construção viva do território amazônico em toda a sua fluidez.

Para tanto partimos da perspectiva que considera as múltiplas variáveis que atuam na definição do espaço de fronteira como espaço de conflitos por excelência e na gênese de territórios que se chocam com a territorialidade estatal. Evitando, contudo, oferecer uma noção relativista do conceito de território.

O conceito de Amazônia brasileira está ligado invariavelmente à área ocupada pela Floresta Equatorial Latifoliada. Floresta que extravasa os limites da região Norte adentrando largamente as terras das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Isso, claro, em se tratando da porção brasileira (3,5 milhões de km²), já que a Amazônia continental se estende ainda por áreas de Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname (OLIVEIRA, 1990. p.10). Por fim, ainda sobre essa distinção elementar, devemos diferenciar a Amazônia, num sentido geral e necessariamente vinculado à noção de “bioma”, e a chamada Amazônia Legal, instituída pela Lei 1.806, de 06.01.1953, a partir da qual foram incorporados inicialmente, à Amazônia brasileira, para fins de planejamento e gestão, parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano 44°), o estado de Tocantins (ao norte do paralelo 13°S, à época ainda parte de Goiás) e o estado do Mato Grosso (ao norte do paralelo 16°, antes da divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) (SUDAM, 2015). Com nova alteração da lei em 1966 (criação da SUDAM) a Amazônia Legal teve seus limites ainda mais estendidos e a Constituição de 1988 assim acaba por definir os limites atuais:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05.10.1988 (DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS)
 Art. 13 É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no §3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.
 Art. 14 Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos.
 ESTADOS QUE COMPOEM A AMAZÔNIA LEGAL: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano 44°). (SUDAM, 2015)

Essa vasta área com cerca de 5 milhões de km², uma espécie de “sétimo ‘país’ do globo, em dimensão” (OLIVEIRA, 1990. p.12), por suas características geoestratégicas no âmbito da América Latina, pelo porte inigualável de sua imensa bacia hidrográfica e, hoje mais que nunca, pela sua reconhecida diversidade biológica, permanece como um “alvo” prioritário de interesses de grandes corporações capitalistas e agências internacionais. Isto é

atestado a cada dia pela presença ostensiva de empreendimentos de bancos privados, mineradoras, ONG's ambientalistas vinculadas a agências internacionais do capital financeiro, “institutos” de promoção do “desenvolvimento sustentável” (verdadeiro mantra capitalista da atualidade), em solo brasileiro e também em toda a vasta Amazônia continental. Ressalta-se ainda a notória presença das FFAA dos EUA¹ circundando a Amazônia com suas bases militares no Peru, Equador e principalmente na Colômbia (ao menos 7 bases). E por que não dizer, também no Brasil, se tomarmos a influência estadunidense sobre a base de Alcântara, no Maranhão?

É evidente que a percepção da Amazônia como espaço de disputa no contexto geopolítico não constitui por si só nenhuma novidade para os que estudam a Amazônia e muito menos para os povos que ali vivem. Estes em particular, tanto os povos nativos como os milhares de brasileiros que há décadas se deslocaram (ou foram deslocados) de outras regiões do país em busca de trabalho, conhecem bem a presença e atuação dos agentes do Capital no “grande norte”, sua capacidade de penetração, desterritorialização², enfim.

Desde os primórdios da colonização até os dias atuais a política das classes dominantes do país para a Amazônia é a da intervenção em função da extração máxima. Política que no último século veio sempre embalada por jargões desenvolvimentistas, ambientalistas/ecologistas, integracionistas, de pretenso combate ao contrabando e ao tráfico de drogas. Ao fim de cada “grande empreendimento” o resultado é invariavelmente o mesmo para as populações nativas e para os que para lá são empurrados na esteira dos mesmos projetos: a frustração, a miséria continuada e a repressão à suas estratégias de sobrevivência. Assim sucedeu-se com os ciclos de exploração desde a borracha, passando pela castanha e pela contínua extração de madeira até a mineração. Todos caracterizados por um brutal saque de riquezas e pelo aval e incentivo do Estado.

¹ Bases militares norte-americanas têm proliferado na América Latina e Caribe desde que se tornou sensível uma maior presença de capitais de origem russa no subcontinente, especialmente depois de acordos militares firmados entre os governos russo e venezuelano. Segundo Rina Bertaccini, em entrevista ao *Diálogos do Sul*, existem 76 instalações confirmadas, entre Postos de Operação Avançada (SOA), bases militares tradicionais e demais. Ela afirma ainda que “(...) estão proliferando no Peru um monte de Centros de Operações de Emergência Regional. O último que conhecemos, confirmado, está em Piura. (...) é uma localidade que fica a oeste do Equador, como uma cunha que penetra nas costas do Equador pelo Pacífico. Esse centro foi instalado depois que o presidente do Equador botou pra fora os ianques da base de Manta. Porém, por traz dessa base em Piura (...) há pelo menos dez mais. São todas bases pequenas. Parecem mais como uma rede de pequenos postos de operações. Ocorre que eles já têm as grandes troncais, não necessitam enormes bases como a de Malvinas ou a de Marechal Estigarribia ou a de Palanquero, pois já as têm.”. <http://www.dialogosdosul.org.br/america-latina-cercada-por-estados-unidos-a-traves-de-sus-76-bases-militares/12062013/>

² Questão que será abordada conceitualmente no segundo capítulo.

Tomado o processo de ocupação recente da Amazônia brasileira percebemos que ele pode ser dividido basicamente em dois períodos distintos (SILVA. 2010), intimamente ligados às grandes linhas de transformações políticas e econômicas vividas pelo Brasil nas últimas cinco décadas. Um primeiro, impulsionado pelo gerenciamento militar, que vai de meados da década de 1960 até 1995, claramente marcado pela ação intensiva do Estado enquanto principal motor dos empreendimentos que dirigem a construção do espaço na Amazônia brasileira.

Um segundo período, que se manifesta já como consolidação das políticas do chamado “Consenso de Washington”³ no país, marcado pela perspectiva de uma suposta diminuição do papel estatal na economia, ou seja, período mais favorável à atuação direta do grande Capital em empreendimentos estratégicos, potencialmente geradores de grandes impactos territoriais.

No primeiro momento o Estado viabilizou o capital privado (nacional e internacional) na região norte em atividades de ocupação de terras e extração mineral por meio de medidas econômicas como a oferta de crédito facilitado e isenções fiscais (criação do banco da Amazônia S.A. – BASA). Tudo, claro, sem tocar no problema crucial da concentração da propriedade de terras. Além disso, moveu todo um conjunto de outras ações no sentido de fornecer a estrutura embrionária necessária à posterior reprodução do Capital: incentivo à migração, desenvolvimento de projetos de colonização agrícola, e, claro, construção de estradas (SILVA. 2010). Exemplo do esforço estatal nesse sentido foi a implementação em 1974, logo após o primeiro choque do petróleo, do Polamazônia, projeto que instituía quinze “pólos de desenvolvimento”, cada um especializado em determinada atividade de produção (BECKER, 2001. p. 138).

No período que se abre em meados da década de 1990 o capital privado consolida suas iniciativas na região, com base nas características mais favoráveis de cada localidade em que instala seus empreendimentos e a partir daí impulsiona a fase das privatizações de empresas estratégicas e a terceirização de serviços a elas vinculados. Tendo sido talvez o maior exemplo desse processo, o caso da companhia Vale do Rio Doce⁴, hoje simplesmente “Vale”.

³ Nome comumente utilizado para se referir às políticas do imperialismo estadunidense definidas para os países dominados, particularmente da América Latina, após um encontro convocado em novembro de 1989 pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*”. Essas políticas ficaram conhecidas como neoliberais e deram a tônica das administrações governamentais dos países latino-americanos por toda a década de 1990 e até hoje pode ser considerada uma doutrina mundialmente em voga.

⁴ A exploração de recursos minerais na Amazônia não é objeto específico deste trabalho, mas cabe ressaltar que a história da Companhia Vale do rio Doce talvez seja, dentre a das “estatais” brasileiras, a mais emblemática no sentido de revelar a voracidade dos grupos imperialistas e a cumplicidade do Estado para com tais grupos. A esse respeito OLIVEIRA apontava que “Junto com a ação da Vale do rio Doce, os governos militares foram alterando o código de mineração de modo a

Assim compreendido o processo do ponto de vista temporal, e tomada a Amazônia brasileira como um todo, se torna possível identificar as linhas gerais para as quais convergem os processos locais de produção e uso do espaço na região. Neste sentido SILVA (2010) orientado pelo entendimento de que “O avanço das relações capitalistas e dos vetores de modernização e monetarização da economia impõe o surgimento de relações sociais mais complexas e permeadas por escalas que dão unidade aos processos locais e globais.” (p.56) nos oferece um enquadramento explicativo baseado em três Áreas Geoeconômicas da Amazônia Brasileira: 1ª) Triângulo de Carajás: formado pelos estados do Pará, Maranhão e Amapá – caracterizado pelo complexo minero-metalúrgico, hidrelétrico, portuário e industrial de maior complexidade. Com vértices em Belém, São Luis e Marabá; 2ª Núcleo Eletro-eletrônico de Manaus: situado no estado do Amazonas, caracterizado pela Zona Franca de Manaus, formada por um conjunto de estabelecimentos produtores de bens de consumo durável vinculados a empresas nacionais e multinacionais localizadas no Sudeste do país; e 3ª Faixa Agroindustrial e Agropecuária: compreendida pela porção leste e sudeste do Pará, pelos estados de Mato Grosso, Rondônia e Acre, caracteriza-se como uma extensa faixa ao longo das rodovias que circundam a Amazônia, do leste do Pará ao Acre, na qual se combinam, com pesos diversos, pastagens plantadas, extração de madeira, lavouras e pecuária (SILVA. 2010. p.56).

Corroborando esse quadro temos ainda a tipologia apresentada por OLIVEIRA (apud MOURA; MOREIRA, 2001. p.217), segundo a qual é possível identificar pelo menos “quatro grandes eixos ou pólos da ocupação amazônica recente”, surgidos como consequência da expansão da fronteira ou de ações específicas patrocinadas pelo Estado. O primeiro é o caso da Zona Franca de Manaus, onde se gerou um pólo de crescimento industrial, idealizado com o objetivo de irradiar o desenvolvimento a vastas porções do interior da Amazônia Ocidental. Uma segunda expansão se dá através do pólo de Carajás, é muito ligado à disponibilidade de recursos naturais, minério principalmente, e desde suas origens está inserido no contexto da chamada globalização, com exportações direcionadas ao amplo mercado internacional. Um terceiro pólo a se considerar é da agropecuária. Vai desde o Centro-Oeste até uma parte da região amazônica e está vinculado aos esquemas de acumulação comuns em Estados como Minas Gerais e São Paulo. Na região Norte propriamente, este eixo penetra pelo Sul do Pará e Sul do Maranhão e por áreas de Rondônia, Acre e mesmo Amazonas. Finalmente, o que se

permitir que “testas-de-ferro”, aliados a grupos multinacionais, fossem travestidos de empresas nacionais, recebendo concessões de grandes jazidas de minérios pelo país e sobretudo na Amazônia.” OLIVEIRA (1991. p. 98).

poderia denominar de um pólo “estritamente amazônico” ficou, de certa forma, mais isolado e economicamente comprometido. O Governo Federal buscou criar, através da colonização, um sistema orientado no sentido de assentar migrantes com experiência na produção agrícola, que possuísem algum capital próprio, oriundos principalmente de estados da região Sul. Rondônia e o Acre foram os Estados onde tais ações teriam sido mais bem sucedidas na agricultura e na pecuária.

Estes eixos ou pólos aqui identificados e que claramente caracterizam a regionalização da Amazônia brasileira não devem ser vistos como resultado da aplicação linear de uma política de “desenvolvimento”, plena de coerência interna e convergente com interesses verdadeiramente nacionais, seja ela acionada e dirigida pelos órgãos de Estado ou pela chamada iniciativa privada. Trata-se de processos marcados por conflitos os mais diversos desde suas origens, condicionados por antecedentes históricos e geográficos de grande significado. Processos que, tomados em conjunto, revelam o predomínio de determinado padrão de ocupação que, reafirmamos, se baseou economicamente numa contínua exploração predatória dos recursos e dos povos amazônicos e politicamente na manutenção da condição semicolonial do país, na subjugação nacional a interesses imperialistas. Ou seja, tomados historicamente e a partir da compreensão de que até nossos dias a sociedade evolui por meio de contradições entre interesses de classes antagônicas, nitidamente estes processos evoluem descrevendo linhas gerais na construção do espaço e, naturalmente, na demarcação de territórios que se chocam. Enfim, dentro desta reflexão que toma a imensa região amazônica como escala de análise e identifica um processo de sua contínua exploração, em termos de recursos naturais e humanos, podemos delinear traços comuns ou linhas gerais desse processo dentro do que estamos tomando como Amazônia Legal.

De acordo com Oliveira (1991):

(...) a história do Brasil no pós-Segunda Grande Guerra está envolta pelo processo de internacionalização da economia brasileira. Este processo, consentâneo com o desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista, promoveu a internacionalização dos recursos naturais do país sem que para tal fosse necessária a internacionalização jurídica do território ou fração do território nacional brasileiro.

Esta parece ser a grande estratégia geopolítica que atravessou a relação entre os grandes grupos econômicos sediados nos países industrializados do mundo capitalista e os governos, sobretudo militares, no Brasil. OLIVEIRA (1991. p. 97)

Para a compreensão destas linhas gerais nas quais se desenvolvem as contradições manifestas no território amazônico, dentro das quais se inserem as disputas em questão nesse trabalho, podemos nos apoiar no que BECKER (2001) apontou como um “possível nível

conceitual de análise político-ideológico”, referente ao confronto de modelos de ocupação territorial na Amazônia:

Trata-se de duas concepções distintas. Uma, predominante, baseada numa visão externa ao território, que afirma a soberania privilegiando as relações com a metrópole; ou seja, um modelo exógeno. A outra, baseada numa visão interna do território, fruto do contato com os habitantes locais e privilegiando o crescimento endógeno e a autonomia local, como foi o projeto missionário. As missões conseguiram o controle do território com uma base econômica organizada, o que o governo colonial não conseguiu. Os efeitos econômicos governamentais foram desagregadores para o Vale do Amazonas, mas foram condição para a unidade política da Amazônia. Enquanto a versão contemporânea do modelo exógeno reproduz a concepção histórica, o modelo endógeno hoje corresponde não tanto à autonomia, mas sim ao desenvolvimento local. (BECKER, 2001. p.136).

Apesar de aqui a autora tratar basicamente de modelos de ocupação do chamado “projeto nacional” (projeto da grande burguesia “nacional”, que desde o nascedouro esteve atada a interesses alheios à nação) para a Amazônia, tendo o ponto de vista institucional como ponto de partida, mesmo que implícito, acreditamos que enquanto “nível conceitual de análise” serve para aclarar tendências muito distintas de ocupação do território e a identificar qual “modelo” se afirmou ao longo das últimas décadas.

São tendências que tem como base de sua distinção o padrão econômico predominante. O modelo exógeno é o preconizado pelos agentes que levam adiante o empreendimento da penetração na região reafirmando um padrão econômico exportador de recursos primários; enquanto o modelo endógeno é o preconizado pelos agentes que trabalharam pelo estabelecimento de um padrão econômico baseado no desenvolvimento local.

Temos assim que, como em outras áreas de interesse nacional, mais uma vez a base econômica eminentemente exportadora de bens primários, sustentada na manutenção do monopólio da terra, está presente na raiz das mais importantes distorções econômicas, sociais e espaciais do país. A questão da concentração fundiária será melhor abordada no capítulo três deste trabalho.

Acreditamos que para além de identificar modelos de ocupação do território amazônico; de constatar a oposição entre eles e a sucessão de tais “modelos” predominantes ao longo do tempo, é necessário levantar a questão crucial de quem ou o quê, ao fim e ao cabo, determina a “adoção” ou a tendência à aplicação de tais modelos por parte do Estado brasileiro e de outros poderosos agentes em diferentes escalas. Ou seja, quem traça as grandes linhas do processo de exploração dos recursos da Amazônia definindo os destinos de um terço de nosso território e a que leis objetivas essas linhas obedecem?

A resposta a esta pergunta passa pela compreensão de dois elementos decisivos: o conceito de Imperialismo e a caracterização do Estado brasileiro.

Sobre o conceito de Imperialismo, o entendemos como o desenvolvido por Lênin em 1916, quando apresentava as características fundamentais do fenômeno:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (...) convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: **1)** a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; **2)** a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; **3)** a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; **4)** a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e **5)** o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 2000 [1916], p. 67-68).

Lenin demonstrou que o capitalismo avançou para uma fase superior de seu desenvolvimento, a fase de domínio do capital financeiro, com o fim da livre-concorrência e predomínio dos monopólios, cartéis e trusts, e a dominação do mundo pelos países imperialistas (países dominantes) que partilham entre si os países dominados na forma de colônias ou semi-colônias numa escala nunca antes verificada.

Acreditamos que este conceito de Imperialismo permanece sendo fundamental para a explicação das relações que se estabelecem entre agentes que operam em escala global e nacional na definição e aplicação de políticas para a Amazônia brasileira.

Ainda no mesmo sentido, cabe ressaltar que sem o claro entendimento do Estado brasileiro enquanto um *estado de classe*, e caracterizado historicamente como um Estado *burguês-latifundiário* e estruturado *a serviço do imperialismo*, seria impossível compreender a que nível chega a subjugação nacional e os mecanismos que o imperialismo maneja na consecução de seus interesses em território brasileiro. Para tal entendimento nos apoiamos na caracterização desenvolvida por Lenin em “O Estado e a Revolução”:

(...) O Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. (LENIN. 1977. p.09)

Ou seja, para compreender os conflitos instalados em território amazônico, das suas origens à sua configuração atual, é fundamental perceber que ali, em todos e em cada um dos processos regionais citados anteriormente, se materializam interesses econômicos e políticos do Capital e que, no atendimento a esses interesses seus agentes contam com o beneplácito e muitas vezes com o apoio ativo do Estado brasileiro.

Um dos fatos relativamente recentes que podem ser citados como clara demonstração da influência dos interesses imperialistas sobre as políticas “ambientais” brasileiras é a aprovação da Lei 11.284, Lei de Gestão de Florestas Públicas, no ano de 2006.

Sancionada por Luis Inácio no dia 2 de março de 2006 a Lei de Gestão de Florestas Públicas permitiu a exploração madeireira e outras atividades econômicas em áreas florestais sob controle federal. A lei libera a outorga do uso das áreas públicas da floresta, em até 50 milhões de hectares para a exploração "sustentável", o "turismo ecológico", e a especulação com "madeira e produtos não-madeireiros".

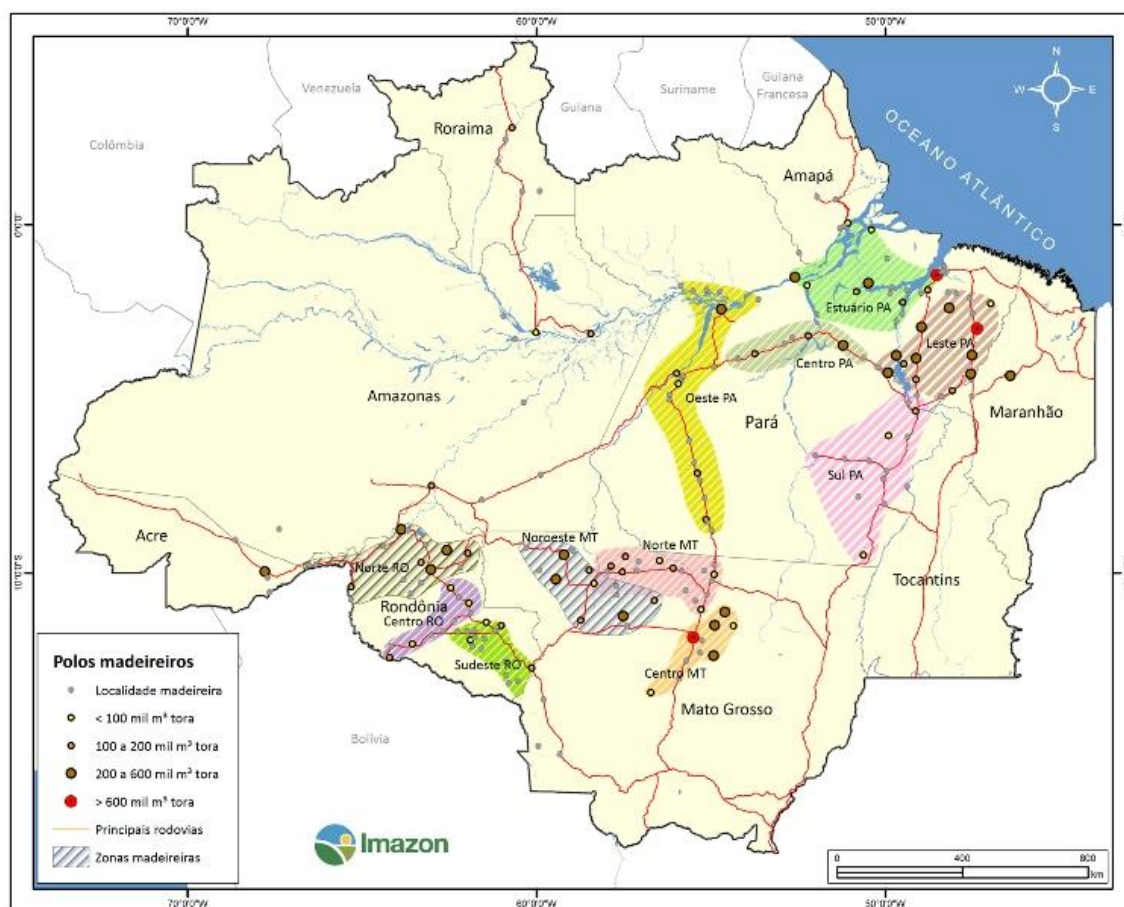


Figura 2: Pólos madeireiros na Amazônia Legal- Imazon 2011 (<http://imazon.org.br/mapas/>)

Originária do projeto 4776/2005, foi considerada por muitos a mais importante ação do governo Lula na esfera ambiental. Obviamente a homologação da lei se fez sob a justificativa de "disciplinar o caos fundiário na Amazônia e conter o desmatamento na região". Na prática, a aprovação da Lei abriu caminho para uma espécie de grilagem legal, já que promove o arrendamento de vastas extensões de florestas, por até 60 anos, para os grandes conglomerados mundiais (Jornal A Nova Democracia, ano VI, nº 29. 2006).

À época da tramitação do projeto de lei, vários foram os estudiosos e profissionais ligados aos órgãos fiscalizadores que se manifestaram contrários à medida. Entre eles estava o geógrafo Aziz Ab'Saber que em nota intitulada "A QUESTÃO FLORESTAL BRASILEIRA: MANIFESTO À NAÇÃO (2006)⁵", afirmou:

⁵O manifesto divulgado à época era assinado por: Prof. Bautista Vidal (Físico/Instituto do Sol); Prof. Aziz Ab'Saber (geógrafo/ex-presidente da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); Horácio Martins de Carvalho (Eng. Agrônomo e Ex-Presidente da ABRA); Flávio Garcia (Eng. Agr./ex-diretor da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária); Ronaldo Conde Aguiar (ex-presidente da ASCON – Associação dos Servidores do CNPq/MCT; CONDSEF – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e suas Entidades Filiadas; Asibama – Associações dos Servidores do IBAMA; Dep. Fed. Baba/PA, e pode ser acessada na íntegra em: http://www.condsef.org.br/portal3/downloads/manifesto_florestas_brasileiras.pdf

(...) toma vulto a intenção clara e transparente em considerar os recursos florestais brasileiros, (...) como meros recursos de interesse mercadológico e, portanto, sujeitos à comercialização e consumo sob formas as mais variadas.

Tanto assim, que a um mesmo tempo em que se passa a exigir a implantação do chamado “manejo florestal sustentado” para as novas explorações madeireiras, **introduz-se um conjunto de mecanismos e favorecimentos que só tendem a beneficiar as grandes corporações**, entre nacionais e estrangeiras, do tipo madeireiras asiáticas e européias, reconhecidamente as maiores promotoras dos desmatamentos e exportações de madeiras em nível mundial.

O simples destaque a alguns dispositivos (...) incluídos nesse Projeto de Lei (nº 4.776/05) é suficiente para retratar a gravidade e os possíveis reflexos do que já está sendo considerado como principal instrumento visando a **internacionalização da Amazônia**, no curto prazo, e a saber: 1) concessões de grandes glebas de florestas, através de leilões, para explorações madeireiras, por prazos que podem alcançar até 60 (sessenta) anos, em uma inquestionável cessão de territórios; 2) possibilidade de formação de grandes consórcios empresariais; 3) possibilidade de terceirizações das atividades; 4) possibilidade de obtenção de financiamentos, pelas empresas concessionárias, a partir da garantia (hipoteca das florestas) dos produtos a serem obtidos; 5) criação de Autarquia, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, desvinculada do IBAMA, para gerir os empreendimentos, em 23 diferentes atribuições e transformando-a em uma verdadeira Agência Reguladora; e 6) transferência de poder aos Municípios para realização, também, das tais ‘concessões florestais’, através de leilões apropriados.” (Grifo nosso.)

São atualmente seis os contratos de concessão florestal firmados pelo Serviço Florestal Brasileiro em florestas nacionais. Duas em Rondônia – FLONado Jamari e FLONA de Jacundá; Quatro no Pará – FLONA do Saracá-Taquera, FLONA do Saracá-Taquera (lote sul), FLONA de Crepori, FLONA de Altamira. No total são 842 mil hectares de floresta cedidos para exploração de 8 empresas por 40 anos.

No estado de Rondônia se encontra a primeira destas concessões florestais em operação no país. Desde o dia 21 de setembro de 2010, 96 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari (vizinha à FLONA Bom Futuro) têm seus recursos madeireiros explorados por um conjunto de empresas concessionárias. Nas palavras de Antônio Carlos Hummel, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, “*As concessões florestais melhoraram a reputação do setor madeireiro e indicaram novos caminhos: o da legalidade, do emprego responsável, da economia verde e o de dar efetividade aos objetivos para os quais as florestas nacionais foram criadas.*” (Serviço Florestal Brasileiro. 2013).

Vemos, pois, como os temores que acompanhavam há décadas todos os brasileiros preocupados com a soberania nacional, dos povos da Amazônia aos estudiosos e demais interessados na luta contra a internacionalização dos recursos da floresta, são agora um fato incontornável. Não só os recursos florestais, mas o próprio subsolo do país foi entregue, agora oficialmente, ao saque internacional.

As Florestas Nacionais são entregues sob argumento de que os grandes compradores de produtos madeireiros (que há décadas já exploram esses recursos de forma ilegal) agora passarão a “dar preferência” aos produtos com origem na rapina legalizada, motivados pelo selo da “economia verde”. Por mais insólito que possa parecer não se deve subestimar o poder de convencimento desse mecanismo ideológico da geopolítica imperialista. O amálgama idealista (do ponto de vista filosófico, não moral) reacionário sintetizado no jargão do “desenvolvimento sustentável” é hoje peça fundamental dentro da estratégia de dominação do imperialismo para a América Latina.

Afirmamos anteriormente que o Estado sempre esteve a frente do patrocínio de grandes corporações internacionais na exploração dos recursos naturais e da força de trabalho dos povos da Amazônia. Mas apesar do papel central do Estado na aplicação da política imperialista na Amazônia, cabe ressaltar que atualmente talvez um dos fenômenos mais eloqüentes acerca dessa influência imperialista em território amazônico seja o da atuação generalizada das Organizações Não Governamentais – ONG’s.

Nunca se falou tanto em preservação ambiental e defesa da biodiversidade amazônica ao passo que nunca se perseguiu tanto o campesinato, principalmente mais pobre, por meio de multas e restrições às suas iniciativas de sobrevivência em nome do “meio ambiente”. A ligação de grandes ONG’s⁶ às diferentes potências imperialistas fica patente a partir da verificação de suas fontes financiadoras (declaradas).

Um estudo bastante completo de Camely (2011) acerca da presença de ONG’s na Amazônia brasileira atesta que as principais organizações que financiam projetos para a proteção da biodiversidade são: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Agência de Cooperação Alemã – GTZ, USAID, Fundo para o Meio Ambiente Global - GEF, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Grupo dos Sete – PPG 7, Banco de Cooperação do Governo Alemão – KFW, Fundo Mundial para a Vida Selvagem – WWF (CASTRO e LOCKER, 2000, apud, CAMELY, 2011. p.7).

A aplicação de políticas governamentais de exploração dos recursos naturais da Amazônia se apóia amplamente no discurso do desenvolvimento sustentável. É importante lembrar que a política do “desenvolvimento sustentável” foi desenvolvida a partir da realização dos fóruns internacionais da Conferência de Estocolmo de 1972 e da Eco-92 no

⁶ As mais destacadas ONG’s, por seu porte organizacional e financeiro e por sua capacidade de articulação internacional seriam: WWF (Fundo Mundial para a Conservação da Natureza), TNC (The Nature Conservancy) e CI (Conservação Internacional).

Rio de Janeiro. Esta política assume caráter estratégico para o imperialismo, principalmente estadunidense, em função de se garantir um novo padrão de obtenção de recursos naturais pela indústria da biotecnologia e conforme nos lembra Camely (2011), teria nas ONGs ambientalistas, os seus principais agentes. Para a autora esta política “(...) visa a obtenção de recursos naturais para a indústria farmacêutica, química e de cosmética, que tem como base, atualmente, a biotecnologia.”(CAMELY, 2011. p. 7).

Além dos interesses diretamente vinculados às indústrias desenvolvedoras de biotecnologia, nos parece que também interessa ao imperialismo manter sob o sistema de grande propriedade, reservas naturais para a expansão do capital em outros setores, tradicionais na região (madeireiro, mineral, agropecuário) ou não. Sendo natural, portanto, patrocinar organizações as mais variadas capazes de influenciar a política relativa ao uso de recursos da floresta em longo prazo. Ou como afirmara Lenin:

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (...), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar seu território econômico e até o seu território em geral. (...) (LÊNIN, 2000, [1916], p. 64).

A partir de meados da década de 1990 a influência dessas organizações sobre a política de Estado para a Amazônia brasileira passa a ser decisiva. Para DIEGUES (2008) apud CAMELY (2011), as ações das grandes ONGs ambientalistas indicam que:

- As grandes ONGs transnacionais têm grande influência sobre políticas ambientais de instituições governamentais, mesmo em países como o Brasil que tem estruturas conservacionistas sólidas. Essa influência se verifica por meio de sua grande capacidade de arrecadação internacional de recursos financeiros para a conservação, dos quais os governos são desprovidos (provenientes de instituições multilaterais – Banco Mundial – e de corporações multinacionais); de grandes e dispendiosas campanhas de mídia; de suas conexões internas com órgão de governo, fornecendo treinamento para funcionários públicos em temas como manejo de áreas protegidas, nos quais são veiculados conceitos e métodos desenvolvidos pelas grandes ONGs conservacionistas; influenciando a determinação de áreas críticas de conservação por meio da organização de seminários para os quais são convidados representantes do governo;
- Os modelos de conservação propostos pelas grandes ONGs tendem a excluir a participação dos povos indígenas e demais populações tradicionais na definição e no manejo das áreas protegidas, aportando não somente recursos financeiros, mas também “modelos de ciências e práticas conservacionistas” pouco adaptados às situações ecológicas e culturais nacionais e locais;
- As grandes ONGs transnacionais de conservação influenciam não somente as instituições governamentais, mas também as ONGs locais, às quais transferem

alguns recursos financeiros desde que estas trabalhem de acordo com os modelos apresentados pelas primeiras (DIEGUES, 2008. p. 13-14).

Os resultados dessa influência, que atravessa toda a trajetória recente do desmembramento funcional do IBAMA com a criação do ICMBio e a aprovação do SNUC, fica bastante evidente quando verificamos os números relativos à área das Unidades de Conservação na Amazônia Legal. Para os estados da Amazônia brasileira, a política ambiental imperialista resultou em uma nova reconfiguração do espaço agrário da região, onde 38,18% da área da Amazônia Legal encontram-se sob a categoria de Unidade de Conservação ambiental, conforme a seguinte distribuição: Tocantins (12,62%), Maranhão (12,56%), Mato Grosso (18,03%), Pará (48,01%), Rondônia (44,50%), Amazonas (44,03%), Acre (45,81%), Roraima (52,55%) e Amapá (72,06%)⁷.

A questão central para nós aqui não é propriamente a de questionar a instituição das Unidades de Conservação em sua totalidade ou avaliar a aplicabilidade ou não do SNUC bem como as atribuições técnicas do ICMBio. Trata-se principalmente de levantar um questionamento, um alerta, diante dos dados da história recente, quanto à presença e o peso de interesses de agentes do capital transnacional na definição do enquadramento jurídico-político para a Amazônia e na aplicação das leis, políticas e planos por meio de agentes estatais e não estatais.

Tentamos abordar até aqui 1) a existência de um padrão econômico predominante no processo de ocupação do território amazônico, a saber, um padrão de exploração intensiva predominantemente por capitais transnacionais voltado à exportação de produtos primários⁸; 2) A influência desse padrão de exploração econômica sobre a definição de um “modelo” de ocupação/apropriação comum a diferentes áreas dentro da Amazônia Legal (basicamente os 4 “eixos” descritos), tomado aqui instrumentalmente como “exógeno”, desfavorável à efetiva integração do território; 3) o papel determinante desempenhado pelo imperialismo na consolidação de tal modelo; 4) o apoio dado pelo Estado brasileiro para a penetração e reprodução do Capital na região e 5) o destacado papel assumido hoje por organizações não governamentais na aplicação da política imperialista para a região, inclusive exercendo influência sobre órgão estatais de regulação e fiscalização.

⁷ Instituto SocioAmbiental (ISA). Disponível em http://www.socioambiental.org/uc/quadro_geral

⁸ A Zona Franca de Manaus, apesar de não ser responsável por atividade diretamente ligada à atividades como extração mineral, extração madeireira ou agropecuária, mas com processos finais para exportação, não pode ser tomada como fenômeno que rompe com o padrão descrito. Ao contrário do que afirmava em suas origens a propaganda oficial, de que aquele seria um pólo de “irradiação de desenvolvimento”, a ZFM se conformou como mero entreposto de produtos manufaturados de outros países ou no máximo, produtos “nacionais” de baixo valor agregado. O que, a nosso ver, apenas reafirma a condição subalterna da região e do país no mercado internacional.

Acreditamos ser de fundamental importância que as questões levantadas até aqui não nos conduzam ao errôneo entendimento de que toda a configuração espacial da Amazônia Legal é fruto pura e simplesmente da ação deliberada e unilateral do imperialismo. Do ponto de vista do território enquanto porção do espaço sobre a qual incide a ação deliberada de um agente eminentemente político é isso o que constatamos, em termos gerais. Mas nunca é demais ressaltar que o geral só se materializa por meio do particular, a influência de um fenômeno econômico-social global como o imperialismo só se efetiva em escala nacional (e mais especificamente, regional – Amazônia) por meio de seus agentes locais, e ainda, de elementos específicos fora de seu controle ou influência direta, próprios àquela escala, ou seja, por meio de condicionantes históricos e geográficos particulares.

Portanto é de fundamental importância identificar que o fenômeno que dá base (que unifica tendências) à penetração do capital transnacional na Amazônia brasileira, é o da existência e reprodução do sistema latifundiário. Este fenômeno é ainda mais importante se tomarmos o que SILVA (2010) descreveu como “Faixa Agroindustrial e Agropecuária”.

Nesse ínterim, em função de caracterizar parte do fenômeno acima descrito, pretende-se na presente pesquisa, analisar o caso específico do estado de Rondônia.

Rondônia é um dos estados mais “jovens” da federação, criado em 1982. Conta atualmente com 52 municípios e a capital, Porto Velho possui quase 500 mil habitantes. A economia do estado se baseia na pecuária, na agricultura e na extração vegetal (madeira) e mineral (óxido de estanho/cassiterita). Do ponto de vista da composição dos setores se distribui da seguinte maneira: indústria (principalmente alimentícia) - 12,3 %, agropecuária – 23,6 %; serviços – 64,1 %⁹. É um dos estados em que se percebe mais aguda a contradição que caracteriza o espaço agrário brasileiro, descrevendo as marcas da reprodução do latifúndio como já apontava Moisés Vinhas de Queiróz:

A formação de novas propriedades se realiza ainda hoje como nos tempos do Brasil colônia: formam-se fundamentalmente através da ocupação das terras devolutas ou mesmo virgens por parte dos posseiros, que enfrentam toda a sorte de dificuldades quando do desbravamento. **Por sua vez, os latifundiários alargam sua faixa através de novas aquisições na especulação imobiliária, ou da ‘grilagem’ praticada a ferro e fogo.** As vítimas são os posseiros, as terras públicas, conseguidas à custa de muita corrupção, tal como sucedeu há pouco tempo no Estado do Paraná, em Brasília e em outras regiões do país. (QUEIROZ, 1968, p.30). (Grifo nosso).

⁹ IBGE – PIB dos municípios 2005 a 2009.

Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/tabelas_pdf/tab01.pdf

Essa trajetória, mil vezes repetida ao longo do último século, se constitui no *modus operandi* ainda vigente em toda a faixa compreendida como área de expansão da “fronteira”¹⁰. Faixa que circunda¹¹ a Amazônia brasileira reproduzindo o latifúndio exportador agora travestido de “agronegócio”.

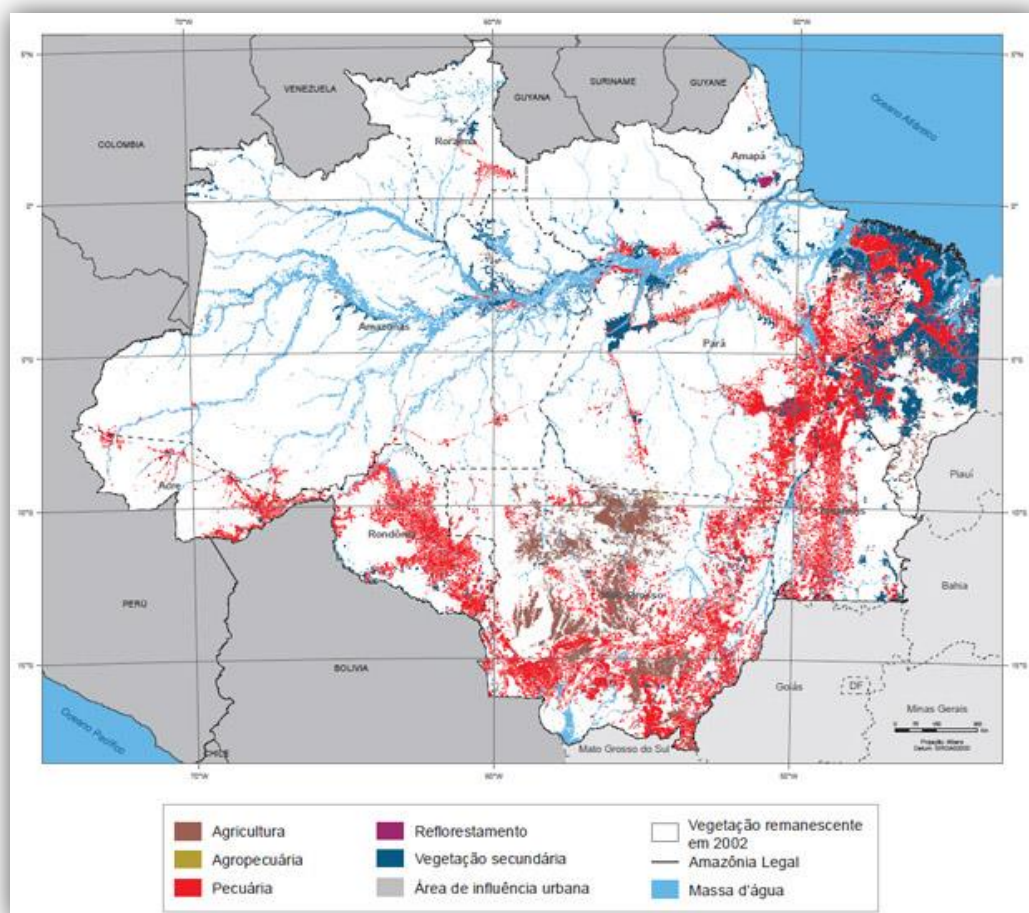


Figura 3: Pressão antrópica sobre Amazônia Legal. Fonte IBGE

No estado de Rondônia esse processo se verificou bastante intensificado pelo patrocínio estatal no início da década de 1980, como assinalado por Almeida e David (1981):

O grande dinamismo demográfico demonstrado por Rondônia iniciou-se com a exploração da cassiterita e intensificou-se com o aumento de acessibilidade às terras do [então] território, com a construção da rodovia Cuiabá – Porto-Velho (BR-364) em fins dos anos 50, e seu posterior melhoramento em 1970. A instalação dos projetos de colonização do INCRA – Ouro Preto, Gy-paraná, Sidnei Girão, Burareiro, Paulo de Assis Ribeiro, Padre Adolfo Rohl e Marechal Dutra – e a

¹⁰ Aqui ainda não buscamos abordar a discussão sobre vasta gama de tendências conceituais de “fronteira”. Estamos apenas ressaltando a perenidade do processo de reprodução do latifúndio que, se não é exclusividade da região amazônica, ao menos é lá que constatamos atualmente os maiores conflitos declarados relativos a essa reprodução.

¹¹ No âmbito institucional diversas vezes vemos a referência a esta área como “arco de fogo” ou “arco do desmatamento”.

abertura das novas rodovias gerou um fluxo populacional dos mais intensos já observados na história do país, tendo a população se multiplicado quase cinco vezes na década de 70. Rondônia, sem dúvida, é hoje o palco da mais importante expansão da fronteira agrícola brasileira (ALMEIDA e DAVID, 1981, p. 21 apud SILVA, 2010, p. 71).

Obviamente, a criação de Unidades de Conservação e a demarcação de Terras Indígenas não foram capazes de oferecer um quadro mais favorável à solução de conflitos com raízes tão profundas no território.

1.2 A Floresta Nacional Bom Futuro

No Brasil atualmente se registram 65 Florestas Nacionais, das quais 3 se encontram no Estado de Rondônia. São elas, Jamari, Bom Futuro e Jacundá (criadas em 1984, 1988 e 2004, respectivamente) (ICMBio, 2013).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 prevê a *“implantação de unidades de conservação visando garantir as condições necessárias de proteção e conservação dos recursos naturais e populações tradicionais”*. De acordo com a referida lei as unidades de conservação são divididas em dois grandes grupos, as unidades de uso sustentável e as unidades de proteção integral. Cada grupo engloba ainda categorias distintas de unidades, de acordo com seus objetivos e suas características específicas. O objetivo básico das unidades de proteção integral seria o de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já as unidades de uso sustentável teriam como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Dentre as sete categorias de unidades classificadas como de uso sustentável, encontra-se a Floresta Nacional (FLONA).

A FLONA é uma categoria, geralmente extensa, que visa o uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase na exploração sustentável de florestas nativas. É admitida a permanência de populações tradicionais (populações que já habitavam a unidade quando de sua criação), a visitação pública e a pesquisa, desde que respeitadas as exigências constantes de seu Plano de Manejo (BRASIL, 2000).

A Floresta Nacional do Bom Futuro foi criada por meio do Decreto nº 96.188, de 21 de junho de 1988, com área total de 280.000 hectares, localizada nos municípios de Porto Velho e Buritis, na porção noroeste do estado de Rondônia.

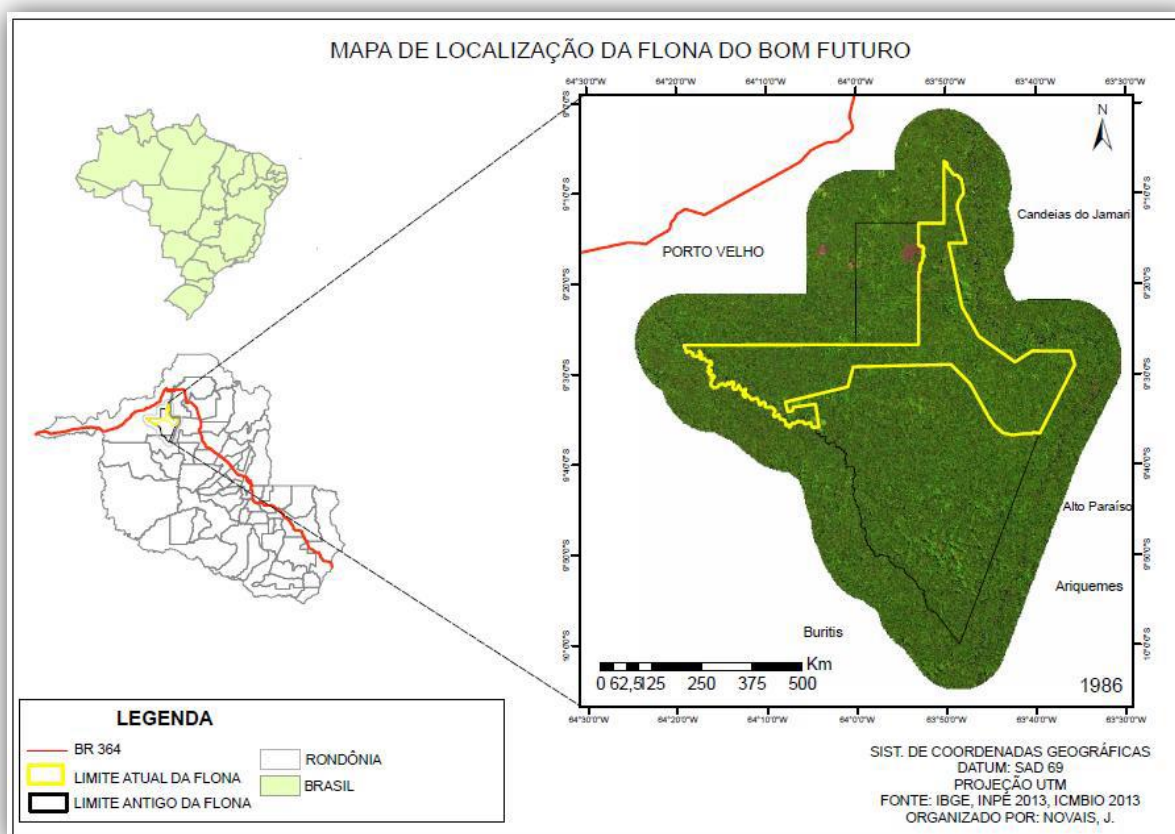


Figura 4: localização FLONA Bom Futuro (retirado do trabalho de NOVAIS, J. 2013)

A unidade está inserida no bioma Amazônico e a vegetação é composta principalmente por floresta ombrófila, localizada na bacia do Rio Madeira. Situa-se no divisor de águas da microbacia do Rio Candeias do Jamari e Rio Branco. A área possui pontos com altitude próxima aos 300 metros e o solo composto basicamente por latossolo vermelho amarelo (MMA, 2013). O clima predominante na região é o tropical úmido e quente, com temperaturas em torno de 25,9°C (SEDAM, 2010).

Das três UC's de Rondônia classificadas como Florestas Nacionais - Floresta Nacional Bom Futuro, Floresta Nacional do Jamari e Floresta Nacional do Jacundá – a FLONA Bom Futuro é a única que ainda não possui Plano de Manejo e seu Conselho Consultivo só agora, no primeiro semestre de 2015 vem sendo composto, o que, sem dúvidas colaborou para a histórica inviabilização da Unidade.

Fruto de um acordo realizado em 2009 entre as esferas de governo estadual e federal, no ano de 2010 a unidade teve seus limites alterados por meio do artigo 113º do decreto lei 12.249 de 11 de junho de 2010, passando a ter sua área limitada a 97.384,49 hectares. Mediante o acordo a área desincorporada foi doada pela união ao estado de Rondônia para a

criação de uma Área de Proteção Ambiental – APA e uma Floresta Estadual - FES. A FLONA é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e a área desincorporada após o acordo está sob gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) (ICMBio, 2013).

Ao longo das últimas quatro décadas a ocupação da região sofreu o impacto de fluxos migratórios fortemente direcionados por ações governamentais, inclusive recentemente, como no caso da ocupação de mão de obra em grandes empreendimentos de engenharia - Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio – outras vezes fluxos não necessariamente dirigidos, como foi o caso da enorme leva de migrantes atraídos pelo garimpo de cassiterita em meados da década de 1980 antes de este ser assumido plenamente pelas empresas mineradoras¹².

Em toda a extensão da FLONA, tanto no que corresponde à área desincorporada em 2010 (que tem como núcleo o distrito de Rio Pardo) quanto na área que hoje corresponde aos novos limites legais da UC (área mais próxima da localidade conhecida como Jaci - Paraná) reside uma população de aproximadamente cinco mil pessoas¹³, vivendo direta ou indiretamente de recursos da FLONA. O município mais próximo é Buritis, que fica a 90 km e registra população de cerca de 37 mil habitantes¹⁴.

Mesmo antes do decreto de sua criação, a área onde hoje se localiza a Floresta Nacional Bom Futuro, bem como a porção desincorporada em 2010, vem sendo ocupada por atividades econômicas, principalmente pela extração de madeira e pela pecuária extensiva. Apenas três anos após a criação da FLONA já se verificava a existência de um pequeno núcleo urbano dentro de seus limites. Desde a muito que a comunidade ali instalada conta com comércio, escolas, igrejas e etc. Ou seja, não se trata de “acampamentos” ou meros “ajuntamentos humanos”. É absolutamente reconhecido naquela região que no território original da UC se estabeleceu ao longo dos anos uma importante produção agropecuária, basicamente o cultivo de café e a criação de gado para corte, em “propriedades” (ou posses) de variadas dimensões.

O entorno da unidade é composto por áreas abertas para pastagem e outros desmatamentos, além do garimpo de cassiterita, ativo na região desde a década de 1970 (Rondônia é responsável por 40% da cassiterita produzida no Brasil).

¹² Ver documentário “Os Requeiros”, realizado em 1998 por Pilar de Zayas Bernanos e Lídio Sohn. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bErcA-cKAYM>.

¹³ Como o distrito de Rio Pardo compõe oficialmente os limites do município de Porto Velho, apesar de distar cerca de 300 quilômetros do núcleo urbano deste município, os dados referentes à população ou não existem ou estão contabilizados junto aos dados da capital do estado. A estimativa então se baseia nas informações da secretaria de agricultura do estado.

¹⁴ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

Segundo o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), entre julho de 2007 e julho de 2008, “(...) foram desmatados mais 9,3 mil hectares naquela unidade de conservação. A FLONA do Bom Futuro possui uma área total de 272 mil hectares, dos quais 28% já foram desmatados. Para o ICMBio, o controle dos quatro acessos principais e dos oito acessos secundários para a FLONA do Bom Futuro é ponto fundamental para impedir o desmatamento que vem ocorrendo naquela Floresta Nacional”. Este era o “tom” dos debates acerca da FLONA antes do acordo de desincorporação e permuta.

Além disso, conforme informou o site do Ministério Público Federal em Rondônia, a Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril de Rondônia (Idaron) quantificava em seus cadastros cerca de 30 mil cabeças de gado na FLONA Bom Futuro em 2007 (esse número teria subido para 40 mil cabeças até 2009). Analistas do Sipam estimaram a destruição de 50% da FLONA até 2013 e sua completa extinção até 2021, caso providências não fossem tomadas para punir e conter as ações de desmate de pecuaristas locais.

Essa situação de avançada degradação da FLONA Bom Futuro constitui um importante exemplo do potencial devastador, social e ambientalmente falando, das disputas pela exploração de recursos da floresta e, sobretudo, pela posse e controle de terras na região amazônica envolvendo múltiplos agentes. Tal disputa reafirma a importância do debate sobre o território e o papel da geografia no esforço de interpretação de uma realidade tão complexa em função de sua transformação.

2 TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CONFLITO

Depois de compreender minimamente como vem se dando o processo de ocupação da Amazônia e as marcas deixadas por esse processo na área objeto de nossa investigação, é necessário fazer uma delimitação mais precisa acerca da escala a partir da qual buscamos analisar o caso. Embora seja possível identificar no caso em questão, aspectos ligados à *regionalização* da Amazônia e também seja possível estudar ali importantes aspectos do processo de modificação da *paisagem*, é no estudo da disputa por *território*, especialmente dos aspectos políticos que marcam essa disputa, que se revela a essência do conflito que estamos estudando. Assim, este capítulo se ocupa de uma revisão sobre a conceituação de território na Geografia, além de buscar fazer uma delimitação de qual o marco teórico fundamental no qual se apóia a abordagem do conflito.

2.1 Território na Geografia

As marcas de origem da Geografia como disciplina legitimadora da fase final de consolidação dos Estados-Nação, mais especificamente no período da unificação alemã – para situar a produção Ratzeliana que até hoje nos serve de referência fundamental nos debates acerca do território – produziu um delineamento deste conceito que foi a um mesmo tempo muito categórico, e por isso mesmo muito forte (e bastante funcional ao contexto da disputa franco-prussiana de então) e, de certo modo, limitado em seu poder de explicação de realidades espaciais e temporais diferentes daquelas. Ou seja, a carga ideológica presente no conceito de território trabalhado por Ratzel até então remetia imediatamente à idéia de “território nacional” e não fornecia muitas possibilidades de saída desta circunscrição. Nas palavras do próprio Friedrich Ratzel vemos a que ponto a relação entre território e Estado é tida como manifestação natural, tão natural que, como Souza (2000) ressalta, o termo solo [Boden] assume o lugar do território como que reforçando a vinculação deste ao referencial político do Estado:

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo com o solo [Boden] imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir. (RATZEL. *PolitischeGeographie*, [1897] 1974, p. 04 apud SOUZA. 2000, p. 87)

Ainda, reafirmando tal compreensão:

Exclusivamente o solo [Boden] dá coerência material a um Estado, vindo daí a forte inclinação, sobretudo da organização política de naquele se apoiar, como se ele pudesse forçar os homens, que de toda sorte permanecem separados, a uma coesão. Quanto maior for a possibilidade de fragmentação, tanto mais importante se torna o solo [Boden] que significa tanto o fundamento coerente do Estado quanto o único testemunho palpável e indestrutível de sua unidade. (RATZEL. *Politische Geographie*, [1897] 1974, p. 11 apud SOUZA. 2000, p. 87)

Partindo desta compreensão *naturalizada* do território, a idéia do Estado nacional e do território nacional passa a servir como identificador ideológico de *todo um povo* para com o território, ocultando qualquer contradição interna, qualquer diferenciação entre classes e grupos. Do ponto de vista científico é claro que esta tendência não teria como deixar de produzir limitações. Podemos dizer que esta seria a raiz da atual distinção entre o que entendemos hoje por *geopolítica* – a política dos poderes de Estado, ou melhor dizendo, a política do imperialismo global – e a *geografia política* – disciplina ou área do conhecimento que admite a análise espacial do poder em diferentes escalas, não somente a dos Estados-nação.

Dito isto, é necessário entender que há muito o conceito de território para a Geografia não está circunscrito à noção positivista de *território natural* contida nas obras de Ratzel. Novas abordagens conceituais foram trabalhadas ao longo do último século, afastando-se relativamente da noção tradicionalmente adotada nos estudos de geografia. Cada autor, a depender de suas concepções teórico-metodológicas, deu ênfase a diferentes aspectos na elaboração do conceito, seja o aspecto econômico, político ou cultural, ou ainda, a correlação entre estes, para explicar o território e sua dinâmica. Em geral poderíamos dizer que as abordagens mais recentes assimilaram, em diferentes níveis, a idéia de que o território seria algo menos como um derivado da materialidade do espaço habitado e mais como “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade (...)” (SOUZA. 2000, p.88).

Entre os estudiosos do território se destaca Claude Raffestin como uma das referências mais utilizadas na Geografia brasileira. Na obra de Raffestin (1993), merece destaque o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico como substrato, preexistente, anterior ao território. Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN. 1993, p. 143).

Dentro da concepção do autor, o território é tratado, principalmente, como um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política. Um espaço marcado pela projeção do trabalho humano e por suas relações de poder. Mais claramente, nas palavras do autor o território é:

(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (...) (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Outros aspectos do trabalho de Raffestin acabaram por se constituir em grande aporte para a Geografia brasileira, como destacou Saquet (2007) quando afirmou que:

(...) O território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de *malhas*, *nós* e *redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território (SAQUET. 2007, p. 12).

Entre os geógrafos brasileiros, Rogério Haesbaert é hoje um dos mais influentes estudiosos do território. Haesbaert analisa o território por meio da elaboração de uma tipologia em que apresenta três diferentes abordagens do conceito: 1) *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004, p.18).

Haesbaert (2002) identifica uma multiterritorialidade caracterizada por três elementos: os territórios-rede, os territórios-zona, e os aglomerados de exclusão. Nos territórios-rede prevaleceria a lógica econômica; nos territórios-zona prevaleceria a lógica política; e nos aglomerados de exclusão ocorreria uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas. Ao levantar essa abordagem em três “dimensões”, no entanto, chama a atenção para o fato de que:

(...) esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma

territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Marcos Aurélio Saquet busca fazer um retrospecto das contribuições de diversos geógrafos para o desenvolvimento do conceito de território. O autor propõe a categorização de “linhas” de estudo que foram se delineando ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo não se furta a nos apresentar uma síntese do que seria sua visão acerca do território, visão que contempla profundamente a idéia de territorialização a partir de relações imateriais:

Entendemos o território (...) como resultado do processo de territorialização. Ou seja, o homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico (SAQUET. 2006, p. 62).

Além dos aspectos econômicos, políticos e culturais, de uma territorialidade construída diariamente, Saquet (2006) também considera importante o aspecto da natureza exterior, que sempre estará presente na configuração do território. Como se pode ver:

Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET. 2006, p. 66).

Ou como expõe mais claramente em outro trabalho, sobre a necessidade de se dar atenção aos aspectos da natureza na compreensão do território:

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N¹⁵ estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza. (SAQUET, 2007, p.172).

Marcelo Lopes de Souza (2000) também identifica no território a centralidade das relações de poder e, portanto, a preponderância de seu aspecto político:

¹⁵ Economia-Política-Cultura-Natureza.

O território, (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado *por e a partir de relações de poder*. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...) mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA. 2000, p. 78 e 79)

Porém, nos adverte para o risco da redução do conceito quando argumenta que são várias as relações e redes de relações que surgem num dado espaço sem que, no entanto, haja necessariamente uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças. Nesse sentido afirma:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da OTAN); territórios existem e são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não só o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional”. (SOUZA. 2000, p. 83)

Percebemos aqui uma relativização em relação à ênfase no aspecto político do conceito. Imediatamente temos a emergência do fator cultural na caracterização do território, visto que este autor identifica, nas grandes metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando “territórios” na evolução de conflitos marcados por fortes diferenças culturais. Salienta que o poder não se restringe ao poder de Estado e não se deve ser confundido com *violência e dominação*. Assim, o conceito de território deveria abarcar mais que o território do Estado-Nação.

Mesmo privilegiando as relações de poder no território, ao compreender o poder não necessariamente derivado do monopólio da violência (poder de Estado), o autor aponta a existência de múltiplos territórios, principalmente nas grandes cidades, como o território da prostituição, dos homossexuais, do narcotráfico, das gangues e outros que podem ser temporários ou permanentes. Partindo dessa compreensão de poder, propõe o conceito de *território autônomo* como uma alternativa de desenvolvimento. A autonomia constituiria, no entender do autor, a base do desenvolvimento rumo a uma maior liberdade e menor desigualdade na sociedade. Para o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território (...) Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder (...) No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA. 2000, p. 106).

A nosso ver, a proposição teórica do autor, de uma relativização espacial e temporal do território em função de sua acepção enquanto projeção de um poder que não é sinônimo de violência nem de dominação, mas da manifestação autônoma da ação política e cultural de múltiplos agentes, só teria validade plena numa sociedade futura na qual o Estado não existisse. Caso a negação se estenda da negação do Estado à negação de toda e qualquer autoridade a proposição se situaria no plano da utopia.

Por sua vez, Manuel Correia de Andrade (1995), analisa a questão do território no Brasil partindo de uma abordagem profundamente política de ocupação do espaço. Assim como em outros autores, a idéia de poder está no centro da análise do território feita por Andrade, apesar de não se ocupar das complexidades levantadas por Raffestin ou por Souza na elaboração do conceito. O território é tratado por Andrade de forma mais simples e objetiva, dado a sua opção por tratar mais profundamente dos conceitos de região e espaço. Andrade assim esclarece sobre o território:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Andrade (1995) em sua diferenciação entre território e espaço explica que o território associa-se mais à idéia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização etc. Já o espaço é mais amplo que o território, englobando também as áreas que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva e ordenada por relações de poder. Assim, o espaço é mais amplo que o território. Quanto à expressão territorialidade, o autor afirma que:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (...) A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Percebemos em Andrade (1995) como nem todas as análises tidas como “estadocêntricas” naturalizam a relação entre espaço e poder, ou seja, não naturalizam o território ocultando contradições no espaço.

Entendemos que uma abordagem conceitual centrada no aspecto político do território, ou seja, nas relações de poder desenvolvidas no espaço, é fundamental para a análise das expressões espaciais da luta entre interesses antagônicos dentro da área estudada neste trabalho. Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de Fronteira comparece como fundamental, uma vez que traz a dimensão do conflito social como elemento demarcador de territórios e de modos de vida.

2.2 A Fronteira

Outra discussão de grande significado teórico e político que se desenvolve na Geografia é a que se ocupa da problemática da chamada Fronteira, entendida com diferentes significados e extensões.

Uma primeira aproximação do termo “fronteira” – tomado isoladamente e fora de qualquer contexto – nos remete imediatamente à idéia de “limite”, “borda”, “separação”, separação entre um “aqui” e um “para além de”. O termo isolado não oferece elementos para além desta noção de *linha* imaginária. Extrapolando esse significado podemos, no máximo, obter a noção de um “desconhecido”, ou seja, uma noção de *área* no lugar de simples *linha* demarcatória. Mas a partir do momento que associamos a fronteira ao debate sobre território e situamos tal debate dentro da realidade brasileira atual, o termo assume naturalmente um significado infinitamente mais amplo. Ao trazermos este debate para o trabalho temos como objetivo subsidiar uma melhor compreensão sobre como se desenvolvem os processos de apropriação territorial dentro do que comumente ouvimos chamar de “fronteira agrícola” e que tem relação direta com o conflito aqui estudado.

Buscamos discutir a idéia de fronteira notadamente a partir das contribuições de José de Souza Martins (1997) em seu trabalho *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*.

Primeiramente o autor nos oferece uma reflexão na qual, se contrapondo a uma visão limitada da fronteira, busca demonstrar seu significado como espaço revelador da atitude humana diante do desconhecido:

(...) a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. (MARTINS. 1997, p. 12-13)

Assim, a fronteira – não mais mera demarcação linear ou simples limite observável – se torna espaço repleto de relações sociais das quais podemos apreender seus múltiplos aspectos: políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc.

Relações que produzem demarcação territorial em constante redefinição, em permanente disputa por diferentes grupos humanos em diferentes escalas e pelos mais variados meios, grande parte das vezes, meios violentos por excelência.

Ressaltando a riqueza do espaço de fronteira, afirma que “É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido (MARTINS. 1997, p.12).

Contrariando qualquer romantismo pueril, baseado na falsa noção de que na fronteira se produziria a síntese harmônica de diferentes culturas, nos afasta desta abordagem ingênua afirmando que “Na fronteira, o Homem não se encontra, se desencontra. Não é nela que a humanidade do Outro é descoberta como mediação da gestação do Homem.” (MARTINS. 1997, p.12).

O autor em questão insiste em revelar a fronteira como território de conflitos em constante transformação no qual se fundam e se chocam a todo o momento interesses e valores contraditórios:

As concepções centradas na figura imaginária do pioneiro deixam de lado o essencial, **o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas, sobretudo pelo abismo histórico que as separa.** Na fronteira, o camponês ainda vive relações econômicas, concepções de mundo e de vida centradas na família e na comunidade rural, que persistem adaptadas e atualizadas desde tempos pré-capitalistas. Ele, que ainda está mergulhando na realidade de relações sociais que sobrevivem do período colonial, se descobre confrontando com formas tecnologicamente avançadas de atividade econômica, do mundo do satélite, do computador, da alta tecnologia. E subjugado por formas de poder e de justiça que se pautam por códigos e interesses completamente distanciados de sua realidade aparentemente simples, que mesclam diabolicamente o poder pessoal do latifundiário e as formas puramente rituais de justiça institucional. (Grifo nosso) (MARTINS. 1997, p.15-16)

Em nosso entendimento a advertência de Martins (1997) abre a possibilidade para enxergarmos a fronteira como um espaço no qual se encontra vivo, mais que em qualquer outro, o processo de síntese dialética do espaço geográfico.

Ao afirmar que no Brasil o que caracteriza e define a fronteira é exatamente a situação de permanente conflito social, Martins (1997) nos oferece a percepção de que ali existe um quadro de contradições incontornáveis, as quais não podem ser negadas e nem superadas por meio do avanço da modernização.

Quando tratamos nesta pesquisa de padrões de ocupação regional e de reprodução de territórios que geram conflitos agudos às bordas de áreas geridas diretamente pelo Estado, isso assume importância singular, já que não podemos aceitar qualquer tratamento episódico dos conflitos, mas pelo contrário, devemos tomá-los como a própria essência de toda uma região. Voltaremos nisso mais a frente. Por hora vejamos como Martins (1997) enfatiza uma vez mais a peculiaridade da fronteira e a questão de sua temporalidade desigual:

Na minha interpretação, nesse conflito, **a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade**¹⁶. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (...) O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (...) A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do nós. Quando a História passa a ser a nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS. 1997, p. 150-151)

Já do ponto de vista de um retrospecto do tratamento acadêmico dado ao tema, o autor também traz importantes esclarecimentos, principalmente ao diferenciar as duas principais abordagens teóricas que se consolidaram nos estudos sobre a fronteira amazônica em particular. A primeira, predominante entre os geógrafos, a da noção de *frente pioneira*; a segunda, própria dos antropólogos, a chamada *frente de expansão*.

A esse respeito Martins (1997) aponta que:

¹⁶ Alteridade: natureza do que é identificado como *outro*, diferente do *eu*; Martins aqui está ressaltando que a fronteira seria essencialmente o lugar onde se percebe o outro, não necessariamente em função de uma identificação, ou seja, o lugar do encontro conflituoso dos que se percebem diferentes.

Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de *zona* pioneira para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como *frente pioneira* (...) Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como *frentes de expansão*. (MARTINS. 1997, p.151-152)

Na concepção de frente pioneira está implícita a idéia de que na fronteira se cria o novo, novas relações sociais, a partir da suposta modernização capitalista de espaços antes não incorporado à sua lógica de reprodução. Não se limita então à idéia de avanço da população sobre novas áreas. Seria entendida como uma espécie de ambiente novo, moderno, oposto ao das regiões tradicionais, antigas, despovoadas.

Já a noção de frente de expansão, segundo MARTINS (1997, p.154) “(...) se apóia essencialmente em subentendidos. Esses subentendidos afloraram nas duas últimas décadas, nos trabalhos dos autores que fizeram pesquisa na região amazônica.” A idéia aparece confusa, adquirindo várias conotações (expansão da sociedade nacional, do capitalismo, do modo capitalista, etc.) que por fim convergiriam para a noção original de que a frente de expansão diria respeito à expansão da fronteira da civilização.

A concepção de frente pioneira teria “desaparecido aos poucos, diluída na frente de expansão”, ao passo que, com o tempo, a frente de expansão “passa a ser entendida, predominante, como uma frente econômica”. MARTINS (1997, p.155)

Em geral geógrafos e antropólogos estariam tratando de diferentes aspectos de um mesmo processo de expansão capitalista sobre áreas antes não incorporadas à sua lógica. Os primeiros enfatizando a penetração de relações e meio propriamente capitalistas; os segundos tratando principalmente do desenvolvimento de relações não propriamente capitalistas, relações de troca muitas vezes não mediadas pelo dinheiro, mas parte do mesmo amplo processo de exploração recente. Simplificando, MARTINS (1997) resume a origem da controvérsia introduzindo um elemento da realidade que facilita em muito o entendimento:

(...) no Brasil, era (e é) necessário distinguir, no interior das fronteiras políticas do país, a fronteira demográfica e a fronteira econômica, esta nem sempre coincidindo com aquela, geralmente aquém dela. Isto é, a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam da frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. (MARTINS. 1997, p.157)

Por fim, o autor chama a atenção para o problema metodológico de como se utilizar dos conceitos sem contrapô-los e sem transformá-los em esquemas completos de explicação

da realidade da fronteira. Esses são riscos presentes ao não se perceber a desigualdade dos tempos históricos bem como as variadas velocidades em que se manifestam diferentes aspectos que caracterizam o território de fronteira. Martins (1997) se expressa sobre isso da seguinte maneira:

A distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira. É um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na História. (MARTINS. 1997, p.159)

A realidade da chamada Fronteira agrícola brasileira nos últimos anos confirma sobremaneira a análise de Martins (1997) do território de fronteira como essencialmente caracterizado pelos conflitos. São conflitos de diferentes naturezas e diferentes escalas. Poderíamos citar aqui alguns exemplos emblemáticos, apenas a título de ilustração: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará; a resistência de proprietários rurais contra a implantação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima; a instalação da base militar de Alcântara, no Maranhão; a expulsão de garimpeiros por índios Cinta-larga (armados pelo então governador Ivo Cassol) da reserva Roosevelt, em Rondônia; isso para elencarmos apenas alguns casos em que estiveram ou estão envolvidos interesses de escala regional e nacional e que, portanto, tiveram o privilégio de ocupar as manchetes de jornais de grande circulação.

2.3 A abordagem do conflito

Cada um dos casos citados acima, bem como inúmeros outros de menor relevo, pode ser abordado ou focado no meio acadêmico a partir de diferentes ângulos. Isso é facilmente compreendido se imaginarmos estudos desenvolvidos em diferentes áreas do conhecimento – analisar as características agrônômicas do arroz produzido em Roraima em áreas afetadas pela demarcação da TI Raposa Serra do Sol; identificar as espécies de peixes ameaçadas pela usina de Belo Monte; as raízes antropológicas da etnia Cinta-larga – ou seja, nenhuma polêmica no horizonte, caso seja esta a situação.

O quadro muda completamente se tratamos de discutir a abordagem de determinado fenômeno no âmbito das ciências sociais e, mais ainda, se dentro de determinada ciência confrontamos diferentes tendências teórico-metodológicas. Neste caso devemos adotar certa cautela. Em se tratando de um simples estudo de caso e não necessariamente de uma “tese” acerca dos conflitos sociais na atualidade, a maioria das dificuldades é evitada, obviamente, se deixamos claros os objetivos do estudo em questão. Mas ainda assim, certas polêmicas são praticamente inevitáveis. Portanto, antes de passarmos a tratar diretamente dos conflitos ocorridos em Rondônia nos últimos anos e das conclusões que acreditamos poder extrair daí, se faz necessária uma última delimitação.

Poderíamos tratar do conflito basicamente por dois caminhos teóricos. Um que se funda nos estudos da área da sociologia hoje chamada de ecologia política e que trataria o caso como o de um conflito *socioambiental*. Outro, baseado na tradição dos estudos da geografia agrária das últimas décadas que nos permite tratar o caso como conflito *agrário*. Fizemos desde o início a opção pelo segundo caminho.

O marco teórico fundamental que de nosso ponto de vista justifica a opção pelo enfoque “agrário” e não “socioambiental” do caso, é o marxismo. Afirmar isso significa nos afastar de toda uma vasta produção acadêmica e institucional baseada no funcionalismo¹⁷. De acordo com essa visão, notadamente conservadora e que havia sido praticamente superada após os anos de 1960, os conflitos sociais – de diferentes escalas, entre pessoas, grupos ou Estados – teriam uma mesma origem essencial: a natureza humana. Os conflitos então seriam inerentes às relações humanas e historicamente insuperáveis. A sociedade, diante das situações de conflito, de desequilíbrio, deveria buscar reordenar ou retomar as funções de cada instituição para sanar os conflitos. Daí o funcionalismo ser também chamado de teoria do consenso (BARBANTI. 2002). Dessa fonte derivam as noções, amplamente difundidas com a emergência da temática ambiental, de “mediação de conflitos”, “gestão de conflitos” e outras. Todas utilizadas como instrumentos da elaboração e condução de políticas preservacionistas ao redor do mundo.

A nosso ver, essas políticas atuam no sentido de ocultar contradições que estão no pano de fundo de muitos conflitos sociais, favorecendo interesses de minorias dominantes ao empurrar para adiante a solução de problemas muitas vezes estruturais.

¹⁷ Funcionalismo: corrente teórica desenvolvida na sociologia que defende uma explicação da sociedade a partir das funções de suas instituições. O funcionalismo entende que no desregramento das funções dessas instituições estaria a origem dos conflitos. Essa concepção tem suas raízes na obra de Émile Durkheim.

No pólo oposto a esta visão está o materialismo histórico-dialético. O materialismo histórico-dialético, o marxismo, compreende que a lei fundamental de desenvolvimento de qualquer fenômeno material em geral, das sociedades humanas em particular e mesmo o desenvolvimento do pensamento, é a lei da contradição, lei da unidade e luta dos contrários. Disso depreende-se que os conflitos sociais – e entre eles, na etapa de desenvolvimento histórico da sociedade dividida em classes, o conflito social elementar: a luta entre classes sociais com interesses inconciliáveis – são inevitáveis. Mais que isso, afirma que é por meio desta luta de classes que a história avança no sentido da superação dessa contradição, rumo a uma sociedade sem classes. Ou seja, a luta de classes (conflito) não só é inevitável, mas o caminho para um futuro de paz duradoura. Isso não significa de modo algum afirmar uma sociedade futura sem conflitos de outra ordem, já que isso seria anti-dialético (ou um raciocínio metafísico, como queiram) diante do exposto anteriormente.

Partindo desta concepção os conflitos sociais não devem ser compreendidos ou tratados como episódios de uma incessante busca pelo equilíbrio mil vezes perdido. Essa é a eterna receita do liberalismo, de perpétua “gestão” do capitalismo e suas crises, ou melhor, do capitalismo em crise. Trata-se de buscar enxergar em cada conflito, muitas vezes composto por um entrelaçamento de diferentes contradições, sua relação com as contradições fundamentais da sociedade. Comumente estas contradições fundamentais são descritas como fatores “estruturais” ou “estruturantes”. Isso não nos importa aqui. O que importa é demonstrar que estudar um conflito instalado na região amazônica às bordas de uma Unidade de Conservação envolvendo múltiplos agentes sociais não é possível sem ter em conta a problemática fundamental do campo brasileiro: o latifúndio em suas diversas formas e o comportamento das classes diante de tal elemento anacrônico de nossa sociedade.

Acreditamos que, se temos como objetivo revelar a natureza essencial¹⁸ de um dado conflito e não apenas apreciar um ou alguns de seus aspectos exteriores é necessário ir ao centro do problema. Em se tratando da materialização espacial de um conflito (choque de territorialidades) podemos analisar sua duração, sua amplitude, seu significado histórico, suas conseqüências ambientais, seus inúmeros reflexos culturais, etc. Mas se queremos revelar o que ele possui de essencial devemos, além de levantar múltiplos aspectos, identificar qual o principal. Sem essa identificação é impossível traçar corretamente as relações que ali se estabelecem. Enfim, identificar dentro de um conjunto de aspectos qual o determinante, qual

¹⁸ Aqui não estamos levantando nenhuma discussão filosófica sobre suposta “ontologia” dos fenômenos sociais. Trata-se simplesmente de chamar a atenção para a importância de romper as aparências para captar a essência de tais fenômenos.

para além de influenciar, define a dinâmica dos demais e assim, define a dinâmica do próprio conflito num dado momento.

No caso que nos propusemos a estudar, apesar de os recursos explorados na área serem variados e incluírem recursos madeireiros em área de preservação ambiental, toda essa exploração está mais condicionada pela estrutura agrária (definida por relações de posse e propriedade – fator político-econômico) da região do que por qualquer outro fator. Em resumo, a estrutura agrária é determinante para a exploração econômica desenvolvida, para as relações políticas que se estabelecem entre diferentes agentes, bem como para os traços culturais que passam a caracterizar a região. Daí não podermos tratar o caso como o de um conflito ambiental ou socioambiental e sim como conflito agrário. A predileção pela abordagem agrária se dá ainda pela necessidade que identificamos de reafirmar a importância e atualidade de um debate que acreditamos não estar superado em nosso país. Apesar de negligenciada atualmente pela academia e pela maioria dos círculos e movimentos populares, a velha “questão agrária”, polêmica tão viva até a década de 1970, mantém sua relevância histórica, política e teórica.

Na primeira parte do próximo capítulo buscamos oferecer uma breve introdução a essa questão, bem como fornecer alguns dados que expressam sua atualidade e pertinência em relação ao objeto da pesquisa.

3 O CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO E O CONFLITO EM RIO PARDO

3.1 Sobre a *questão agrária* no Brasil

O conflito de interesses relacionado às terras da FLONA Bom Futuro, assim como outros casos emblemáticos em plena evolução no estado de Rondônia, são conflitos condicionados por fatores estruturais do processo de formação econômica e social de nosso país. Entre estes fatores o problema da negação de acesso a terra às populações rurais se situa como um dos mais importantes.

Apesar da relevância do tema, não temos a pretensão de apresentar neste trabalho um retrospecto integral do debate da *questão agrária* no Brasil, tão antigo quanto polêmico. Limitamo-nos aqui a, primeiro, expor o que acreditamos ser um ponto de partida para essas discussões sob a ótica da concepção marxista clássica e, segundo, tentar dar resposta à pergunta incontornável: permanece ou não atual o problema da democratização do acesso à terra no Brasil?

Marx, ao tratar da acumulação original e de todas as transformações que possibilitaram a ascensão da classe burguesa, quando da perda violenta dos meios de produção pelos produtores levando estes a se lançar no mercado de trabalho, apontava que:

Fazem época na história da acumulação original todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe dos capitalistas em formação; acima de todos, porém, os momentos em que grandes massas humanas de súbito, e violentamente, são arrancadas aos seus meios de subsistência e atiradas para o mercado de trabalho como proletários fora-da-lei¹⁹. Serve de base a todo este processo a expropriação que priva de sua terra o produtor rural, o camponês. **Sua história apresenta uma modalidade diversa em cada país, e em cada um deles percorre as diferentes fases em distinta graduação** e em épocas históricas diversas. (Grifo nosso) (Marx. [1867] 1982).

Ou seja, o processo de substituição das relações de produção feudais por relações capitalistas se dava de forma desigual, expressando várias feições em distintos lugares.

Sintetizando as comparações feitas por Marx sobre como ocorreram essas transformações para o desenvolvimento capitalista na agricultura em diferentes países, Lenin ([1916] 1983) assim resume o processo:

¹⁹*Vogelfrei*, no original alemão. Há aqui um jogo de palavras, pois o termo alemão significa «fora-da-lei» e «livre como um pássaro». (Nota da edição portuguesa)

Na Alemanha, a transformação das formas medievais de propriedades agrárias se processou, por assim dizer, seguindo a via reformista, adaptando-se à rotina, à tradição, às propriedades feudais, que se foram transformando lentamente em fazendas júnkers²⁰ ... Na Inglaterra, a transformação foi revolucionária, violenta, mas a violência sendo empregada em benefício dos latifundiários, sendo exercida sobre as massas camponesas, que foram esgotadas com os tributos, expulsas das aldeias, desalojadas, que foram extinguindo ou emigraram. Na América do Norte, a transformação foi violenta em relação às propriedades escravistas dos Estados do Sul. Exerceu-se ali a violência contra os latifundiários feudais. Suas terras foram fracionadas; a grande propriedade agrária feudal se converteu em pequena propriedade burguesa. Quanto à massa das terras norte-americanas ‘livres’, o papel de criar o novo regime agrário para o novo modo de produção (isto é, para o capitalismo) foi desempenhado pela ‘partilha negra norte-americana’. (Lenin. [1916] 1983, p. 74)

Levando em conta esses apontamentos e o progresso histórico verificado ao longo do século XX, particularmente em sua primeira metade, convencionou-se abordar o chamado problema agrário em cada país compreendendo que a passagem do contexto pré-capitalista ao capitalismo, no campo, se fez percorrendo invariavelmente dois caminhos básicos: o que ficou conhecido como “via” ou tipo prussiano e o tipo norte-americano. Um por meio da reforma o outro por meio da revolução. No primeiro, a exploração feudal do latifundiário transformava-se lentamente na exploração burguesa, na qual os camponeses eram submetidos a décadas de expropriação e opressão enquanto ia se conformando uma pequena minoria de camponeses ricos. No segundo, ou não existiam grandes latifúndios ou eram suprimidos pela revolução, que os confiscava e dividia a terra em pequenas parcelas. Nesse caso predominava então o camponês que, como agente exclusivo na agricultura ia evoluindo até se transformar no fazendeiro capitalista.

Tanto num caso como no outro, estamos falando de países em que a classe burguesa promoveu um processo revolucionário para a tomada do poder em função de desenvolver plenamente o capitalismo. Ou seja, que a burguesia e não outra classe, em sua fase de ascensão pautada pela livre concorrência e pela luta contra os restos feudais (fase anterior ao fenômeno do imperialismo), ao tomar o poder e se deparar com relações atrasadas no agrário, optou entre dois caminhos, um reformista²¹, outro revolucionário.

Na Rússia pré-revolucionária do início do século passado o debate entre estes dois caminhos produziu uma divisão entre os partidários da revolução: uns viam o primeiro

²⁰ Fazendeiro (no alemão).

²¹ Estamos falando de reformas no âmbito do agrário, mas reformas realizadas dentro de processos que, tomados integralmente, eram revolucionários. Não temos nenhuma ilusão de que a tomada do poder por uma classe ascendente na história, mesmo num país em separado, pode ocorrer por meio de simples “reformas políticas”.

caminho como destruição do feudalismo e transformação capitalista e, portanto, mais favorável ao operariado (o que de fato era verdade no sentido de um progresso geral econômico), negando o segundo, que qualificavam como sendo o caminho do atraso da pequena exploração camponesa. Acusavam os defensores do segundo caminho de optarem por um “socialismo camponês”, anacrônico. Os bolcheviques entendiam que os dois eram caminhos do desenvolvimento do capitalismo, mas destacavam que o segundo era o que mais rápida e profundamente limpava o caminho para o desenvolvimento das forças produtivas da forma que mais favorecia os interesses da classe operária, base das pretensões socialistas. O resto da história é conhecida: diante da vacilação da burguesia liberal russa em relação à via revolucionária no contexto de um regime monopolista já consolidado internacionalmente, os bolcheviques elaboram um programa agrário baseado na democratização da terra, convocam os camponeses mediante a palavra de ordem de *paz, terra e pão* e conquistam o poder em 1917, suprimindo o governo provisório instituído em fevereiro daquele mesmo ano.

No Brasil a efervescência camponesa dos anos cinquenta e sessenta também cobrava posicionamento da sociedade e a maior parte das polêmicas que se desenvolveram dentro e fora da academia²² no período pós -IIª Guerra, sobre que caminho se deveria seguir em prol do desenvolvimento nacional (fosse em função duma revolução ou simplesmente do desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo) têm sua origem na postura adotada diante destes dois caminhos para a solução do problema agrário. Tratava-se de assumir uma posição diante de algo crucial num país em que a burguesia não havia realizado nenhum processo revolucionário²³ – seja nos moldes europeus ou de qualquer outro tipo – e já se encontrava a muito tempo atada aos interesses de grandes corporações econômicas, primeiro inglesas, e logo estadunidenses. Diante da complexidade do problema as forças políticas da época se viram polarizadas na dicotomia do “agrarismo vs industrialismo” e o esforço por revolucionar o campo ficou limitado à ação dos próprios camponeses sem necessariamente assumir uma plataforma programática²⁴.

O fato é que, independente das posições que se manifestavam à época sobre o caminho mais viável ou sobre as “vocações” da economia nacional, ficou evidente que o meio pelo

²² A título de ilustração poderíamos citar os nomes de Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior como os mais importantes, especialmente pelas consequências políticas de suas análises naquele momento.

²³ Um dos grandes “nós” do debate acerca desta questão está exatamente na divergência sobre se o processo encabeçado por Getúlio Vargas teria caráter (ou a dimensão) de uma revolução burguesa ou se teria sido apenas um arranjo de forças entre as classes dominantes.

²⁴ Talvez ao que mais próximo se tenha chegado de se estabelecer uma plataforma comum para a luta contra o latifúndio àquela época tenha sido o “Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” de 1961, em Belo Horizonte, no qual saiu vitoriosa a posição das Ligas Camponesas, sintetizada na palavra de ordem de “Reforma Agrária, na lei ou na marra!”, contrária à posição conciliadora de então do revisionista PCBrasileiro.

qual se desenvolve o capitalismo no campo no Brasil não é o caminho revolucionário da destruição das bases de relações pré-capitalistas herdadas. Desenvolve-se pelo caminho da manutenção do sistema latifundiário, por meio de modificações graduais, de mera adequação à exploração capitalista. Desenvolve-se no campo pelo caminho prussiano, porém, devido a suas particularidades, de forma atrasada, numa quase estagnação. Mesmo com as importantes transformações técnicas introduzidas na agricultura brasileira a partir da década de 1970, não se processa nenhuma ruptura na estrutura agrária. Enfim, processam-se transformações de forma lenta e gradual, muito mais quantitativas que qualitativas.

Concretamente, ao longo dos anos as classes dominantes têm sido capazes de resolver a seu favor as contendas em torno da concentração da terra, levando um tipo de desenvolvimento agrário, que, no fundamental, mantém a propriedade latifundiária. Desse modo evoluindo parte para exploração capitalista e parte numa economia camponesa permanentemente arrasada, esta também funcional ao regime concentrador, num verdadeiro sistema latifundiário articulado, no qual as relações semi-feudais, apesar de irem se reduzindo em termos relativos, seguem existindo.

Sem tocar no problema da propriedade, no monopólio da terra, ou seja, na questão da estrutura agrária, estas relações permanecerão existindo; permanecerão cumprindo seu papel, mesmo que perdurem de forma subjacente às relações capitalistas. Pois como afirmou Queiroz (1980):

A terra é o principal meio natural de produção no setor da economia agrícola. Por mais sofisticada que seja a técnica usada para extrair o que ela é capaz de fornecer, é insubstituível. Por isto, sua posse, a estrutura dessa propriedade, tem um significado especial (QUEIROZ, 1980, p. 9).

O chamado “agronegócio”, cantado em “prosa e verso” por governos de todas as esferas, nada mais é que o mesmo velho latifúndio, altamente capitalizado e favorecido por obras de infra-estrutura financiadas com recurso público, pelo farto apoio técnico e pelo contínuo perdão de suas dívidas milionárias. Nada disso nega a existência, em seu interior e às suas bordas, das velhas relações de “meia”, “terça”, das “parcerias” em suas diversas formas, do sistema da peonagem, dos barracões, da escravidão por dívida, etc., especialmente nas regiões norte e nordeste do país. Mesmo nos casos em que se estabelecem relações de assalariamento, além de serem caracterizadas por uma forte sazonalidade, são ainda afetadas por inúmeros aspectos de coerção extra-econômica.

3.2 A Concentração fundiária hoje

A evolução histórica contemporânea da questão agrária no Brasil segue as mesmas linhas que caracterizaram toda a América Latina. O subcontinente apresenta, em média, a maior concentração de terras do mundo. E não parece caminhar na direção contrária, como afirmam os próprios organismos internacionais influenciados pelo Capital, como a FAO (Food and Agriculture Organization of United Nations²⁵): “a concentração de terras está aumentando em vários países da região (...)” (Estado de São Paulo. 2008).

Relacionando os dados do Censo Agropecuário do IBGE referente a 2006 com os de 1995/1996 é possível verificar que no decênio de 1996-2006 se manteve praticamente inalterada a concentração de terras no Brasil. O coeficiente GINI atingiu 0,854²⁶, praticamente o mesmo dos registros anteriores, de 0,856 em 1996 e 0,857 em 1985. (IBGE. 2006)

O Censo Agropecuário de 2006 revela ainda que, enquanto as unidades rurais com até 10 hectares (47% dos estabelecimentos) ocupam menos de 2,7% da área total, a parcela ocupada pelas propriedades com mais de mil hectares (1% dos estabelecimentos) concentra mais de 43% desta área. Por outro lado, os estabelecimentos médios, que consideramos aqui como sendo os que possuem entre 100 e 1000 ha, representam 8,2% do total da área e correspondem a 34% das propriedades. Algo a ressaltar a partir dos dados é que, a despeito de toda a propaganda governamental sobre as “possibilidades” do agronegócio, não há espaço na agricultura brasileira para as estruturas intermédias: essas não têm condições, a não ser em casos excepcionais, de entrar na disputa da produção de commodities. Como admite o próprio IBGE (2007):

Quanto aos estratos intermediários (de 10 a menos de 100 ha e de 100 a menos de 1000 ha) sua participação mantém-se com pouca variação no período analisado, tanto no total de área quanto no número de estabelecimentos, confirmando a manutenção de um perfil fundiário pouco alterado no País entre os Censos Agropecuários de 1985 e o de 2006. (IBGE. Comentários, 2007)

Soma-se a isso a manutenção da situação dos camponeses pobres, sem acesso a crédito ou qualquer outro benefício, sufocados pelos preços dos fretes encarecidos pela opção histórica das classes dominantes pelo modal rodoviário.

²⁵ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

²⁶ De acordo com os dados divulgados inicialmente, o índice teria atingido o valor de 0,872, mas curiosamente, meses depois da publicação dos dados o IBGE apresentou um “recálculo” da área contabilizada, baixando o valor do GINI para 0,854.

Deduzimos ainda, a partir dos dados do Censo de 2006, que o total de terras devolutas no país pode chegar a mais de 300 milhões de ha, o que comprova que o recurso ideológico de tratar o velho latifúndio como moderno agronegócio não é capaz de esconder a verdadeira face da estrutura agrária brasileira que, além de brutalmente concentradora, se funda na mais pura ilegalidade. Como alertou Oliveira (2010) sobre os dados:

O censo apresentou dados relativos ao conjunto do território brasileiro em hectares: área territorial total do país: 851,4 milhões; área total ocupada pelos estabelecimentos: 330 milhões; área total das terras indígenas: 126 milhões; área total das unidades de conservação ambiental: 72,3 milhões; área com corpos d'água: 12 milhões; e área urbanizada: 2,1 milhões. Mas a conta não fechou, ou seja, ficaram sobrando 309 milhões de hectares.

A solução adotada pelos técnicos do IBGE foi denominar esses 36% da superfície do país de "área com outras ocupações". No entanto, se eles incluíram todas as possibilidades de ocupação de fato, ficou faltando as "terras públicas devolutas". É isto mesmo: mais de um terço da área do país está cercada, mas não pertence a quem cercou. Os "proprietários" não têm os documentos legais de propriedade destas terras. Por isso, essas terras são omitidas nos levantamentos estatísticos tanto do IBGE como do INCRA. (OLIVEIRA. 2010)

Assim, se confirma novamente o fato de que a polarização latifúndio-minifúndio – que deriva necessariamente de uma estrutura onde a terra é altamente concentrada – se mantém como eixo fundamental dos fenômenos no agrário brasileiro. Agravando a situação os dados mais recentes sobre a reforma agrária infelizmente também apontam na mesma direção.

Como muitos sabem, em meados do primeiro mandato presidencial de Luis Inácio foi formada uma Comissão, cuja tarefa era a de elaborar o II Plano Nacional de Reforma Agrária. O plano elaborado e propagandeado apontava como meta realizar, até o ano de 2006, 400 mil novos assentamentos. Os que acompanham a temática se recordarão dos discursos em que se afirmava a plenos pulmões que o governo faria a “maior reforma agrária do mundo”. Em pouco tempo a realidade teimou em demonstrar a falsidade de tais promessas. O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA passou a divulgar como resultados da “reforma agrária”, além dos novos assentamentos, números referentes a regularizações fundiárias, reassentamentos de famílias atingidas por barragens e reordenação fundiária. Ou seja, recorrendo à fraude, no intuito de ocultar sua opção pelo latifúndio e enganar setores ligados à luta pela terra. (OLIVEIRA, 2006, p.8).

No segundo mandato de Luis Inácio (2007-2010) e ao longo dos mandatos de Dilma Rousseff até aqui (2011-2015), as referências a uma reforma agrária foram praticamente suprimidas do discurso oficial. Nesse sentido os dados falam por si mesmos, esclarecendo mais do que os discursos. Segundo o INCRA – cuja metodologia, como dito acima, é

altamente questionável – o ano de 2011 apresentou os piores resultados em termos de assentamentos em 17 anos: apenas 21,9 mil famílias foram assentadas²⁷, número bem inferior ao verificado no primeiro ano de mandato de FHC e Lula.

Percebemos um movimento de franca ofensiva do sistema latifundiário, com o claro aumento da participação de commodities na pauta de exportação do país²⁸. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA:

A reprimarização da pauta de exportações do país já é um fato. Entre 2007 e 2010, a participação das *commodities* primárias na pauta de exportações brasileiras saltou dez pontos percentuais, de 41% para 51%, depois de ter estacionado no patamar dos 40% nos anos 1990. (IPEA. 2011).

O fortalecimento do sistema latifundiário, agora rebatizado de “agronegócio” pode ser verificado não somente no sentido econômico, mas também no sentido político, como ficou evidente em dezembro de 2014 com a nomeação da ex-senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e verdadeira porta-voz dos latifundiários nos últimos anos, para o cargo de Ministra da Agricultura do governo Dilma Rousseff. Nesse contexto, não nos surpreende que o fato de vermos se reproduzir o secular ciclo de opressão das massas camponesas, com sua expulsão dos espaços antes considerados “distantes” pela produção latifundiária, à medida que se expande a fronteira agrícola. Assim, vão sendo obrigadas a se retirar sem quaisquer direitos da terra desbravada com o esforço de anos de trabalho. A manutenção desse quadro é o que permite, no Brasil de nossos dias, proliferarem conflitos cujas características remontam à processos de colonização territorial de mais de um século atrás. E é nesse quadro que se situa o conflito instalado no entorno imediato da FLONA Bom Futuro, objeto desta pesquisa.

²⁷ Dados disponíveis em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506272-reforma-agraria-registra-pior-ano-desde-95>. Acessado em 25/06/2015.

²⁸ As principais commodities da pauta de exportação brasileira são: petróleo, café, suco de laranja, minério de ferro, soja e alumínio.

3.3 O conflito em Rio Pardo

Rio Pardo se situa dentro dos limites do município de Porto Velho, mas fica cerca de 330 km distante da capital. A sede de município e centro econômico mais próximo é Buritis, que fica a 90 km de distância. O surgimento do distrito no interior da Floresta Nacional Bom Futuro está relacionado à migração de camponeses vindos do sul do estado de Rondônia²⁹ a partir de meados da década de 1990. É a partir dessa época que a rarefeita presença humana na área é substituída por um efetivo processo de ocupação.

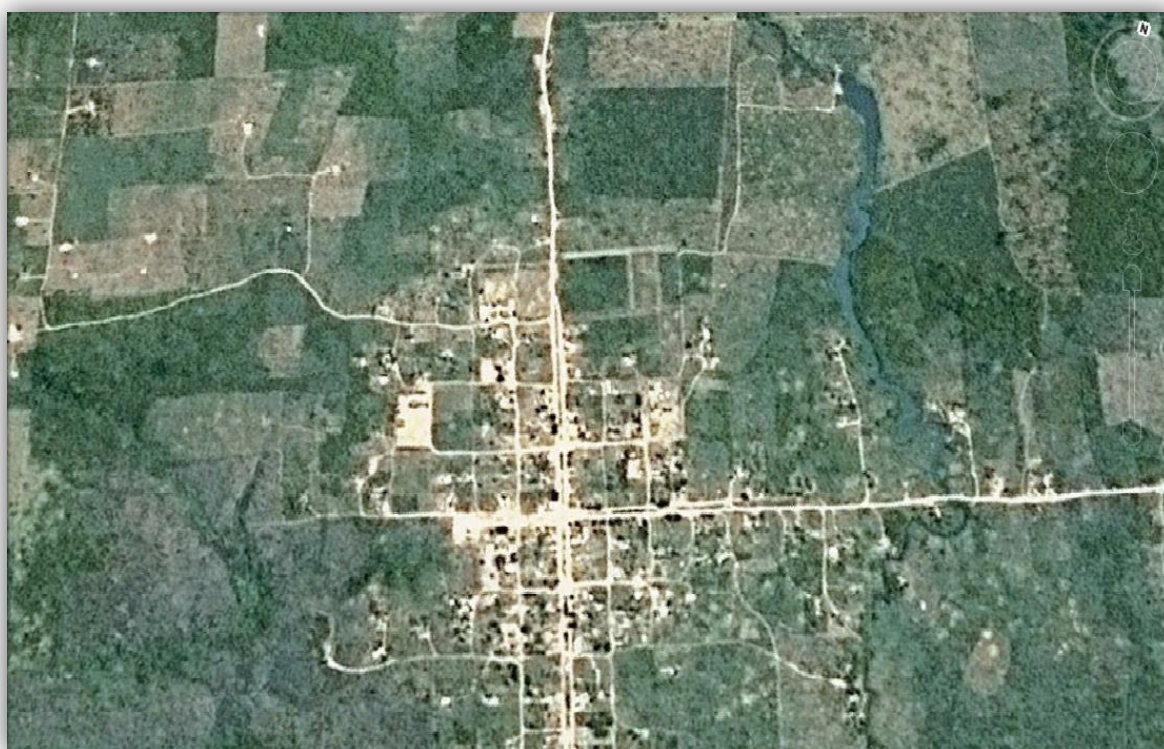


Figura 5: Vista aérea da vila de Rio Pardo (Google. Landsat U.S. 2015)

Deve-se destacar que a fixação da população que hoje ocupa toda esta região que divide os municípios de Porto Velho e Buritis contou com o apoio de parlamentares locais, prefeitos, madeireiros e com a participação ativa de grupos de policiais, todos interessados em lucrar com o comércio ilegal de terras devolutas, com a exploração da madeira e com a

²⁹ Se tomado um recorte temporal mais amplo veremos que estes trabalhadores eram parte da forte onda migratória dentro da qual centenas de famílias de capixabas, mineiros e baianos se deslocaram para a região de Buritis nas últimas três décadas com a expectativa de rendimentos com o garimpo e a extração de madeira.

criação de gado. Essa é uma das características que aumentam em grande medida a complexidade do conflito de interesses manifestados na área alvo da pesquisa.

No ano de 2003, quando já havia cerca de cinco mil pessoas e 40 mil cabeças de gado dentro da FLONA, o IBAMA organizou a primeira grande operação para a retirada de invasores. Na ocasião a ação se concentrou na repressão às madeireiras. Com isso foram fechadas oito serrarias ilegais e aplicadas multas por violação às restrições ambientais diversas.

Na mesma época o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Rondônia chegaram a mover uma ação civil pública na qual denunciavam danos ambientais em terras indígenas e unidades de conservação na região responsabilizando legalmente IBAMA, INCRA, governo do Estado e diversos municípios pelos danos apontados. A ação resultou em 2004 numa liminar que embargava qualquer atividade econômica dentro de uma área de cerca de 800 mil hectares, dentro da qual se incluía a FLONA. Segundo relatos de moradores da região e de cidades vizinhas, na prática, só quem tinha planos de manejo legalizados paralisou suas atividades, aqueles que agiam ilegalmente continuaram atuando.

Em dezembro de 2004, foi montada outra grande operação, que deveria iniciar com a retirada do gado existente na área. Houve nova resistência e a operação foi abortada. Em 2008 uma nova operação com vistas a desocupar as terras da FLONA foi mobilizada, mas também sem resultados.

A cada tentativa, tanto a resistência ativa dos pequenos produtores que ali passaram a viver, como a pressão de políticos³⁰ e latifundiários que possuem interesse na área, principalmente relacionados à pecuária, atuou impedindo a desocupação.

Uma mudança decisiva no contexto desta disputa aconteceu em junho de 2009, quando o então governador de Rondônia Ivo Cassol firmou um acordo com o então ministro do meio ambiente, Carlos Minc e o presidente do ICMBio, Rômulo Fernandes Barreto Mello, para o desmembramento de uma área de mais de 170 mil hectares da FLONA, em troca de área equivalente na Reserva Estadual Rio Vermelho, que seria destinada à construção da Usina Hidrelétrica de Jirau³¹. O acordo foi formalizado por um decreto, de 11 de junho de 2010.

³⁰Um dos notórios representantes dos latifundiários locais, o ex-prefeito de Ariquemes e ex-deputado federal, Ernandes Amorim, chegou a encaminhar mesmo antes do acordo de 2009 entre governo estadual e federal, à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, um pedido de anulação do decreto que criou a FLONA. Fonte: <http://www.jornalorondoniense.com.br/noticias.asp?cd=18213>

³¹O parecer técnico do IBAMA havia sido contrário à licença de instalação da Usina Hidrelétrica de Jirau, pois algumas condicionantes da licença prévia não haviam sido atendidas parcial ou integralmente. Na ocasião o presidente do IBAMA emitiu a licença de instalação da usina, mesmo mediante o parecer contrário da equipe técnica do órgão.

A medida previa que dos 280 mil hectares da área original, 97.384,49 hectares permaneceriam dentro do perímetro da FLONA Bom Futuro e o restante³², cerca de 144 mil hectares seriam transformados em duas unidades de conservação diferentes, respectivamente a Área de Preservação Ambiental – APA do Rio Pardo e a Floresta Estadual do Rio Pardo – FES Rio Pardo. As delimitações de cada uma destas UC's permaneciam indefinidas³³ até a conclusão desta pesquisa, sendo o último ato normativo conhecido a respeito, a portaria da SEDAM-RO, de janeiro de 2015 (publicada no Diário Oficial de Rondônia em março), suspendendo o Cadastro Ambiental Rural na área nos seguintes termos:

PORTARIA No 057 /GAB/SEDAM Porto Velho, 26 de janeiro de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 52 do Decreto no 14.143, de 18 de março de 2009, CONSIDERANDO Ação Civil Pública impetrada em face do Governo do Estado de Rondônia, autuada sob no 0017310-42.2014.8.22.00001; e CONSIDERANDO a Súmula no 473 do Supremo Tribunal Federal, no que tange à discricionariedade da Administração Pública em rever seus atos, resolve:

Art. 1º SUSPENDER, como medida cautelar, por 180 (cento e oitenta) dias, a inscrição de Cadastro Ambiental Rural - CAR na área nomeada Área de Proteção Ambiental Rio Pardo - APA e Floresta Estadual Rio Pardo - FES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VILSON DE SALLES MACHADO

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental
(DOE RO 23/03/2015) (Fonte: ISA. 2015)

Com isso a área de assentamento dos pequenos produtores desalojados da FLONA seguiu sem definição clara. A única coisa que se sabia é que as famílias seriam assentadas mediante um cadastro a ser realizado pela SEDAM em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA visando o futuro assentamento das famílias em área especialmente destinada para esse fim dentro dos limites da APA recém criada.

Depois de firmado o acordo³⁴ os técnicos do ICMBio e da SEDAM realizaram a vistoria das terras ocupadas, tanto fora quanto dentro dos novos limites da FLONA, com o

³²A soma das áreas não fecha com o total, pois uma diferença deve ser considerada devido à decisão de cancelar a sobreposição antes existente entre a FLONA e a Terra Indígena Karitiana.

³³Aproximadamente 144.417 ha da FLONA Bom Futuro foram destinados às novas áreas estaduais: APA e FES do Rio Pardo, eliminando a antiga sobreposição com a TI Karitiana. Entretanto, o ato de criação não diferenciou os limites de cada uma das UCs, deixando a definição exata de cada UC a ser definida por ato do Poder Executivo Estadual, através de uma Comissão Multidisciplinar. Assim, não é possível apresentar nenhum mapa nem informações geográficas específicas desta UC, até obtermos uma descrição detalhada de seus limites. Fonte: Instituto Sócio Ambiental, disponível em: <http://uc.socioambiental.org/node/11909>

³⁴Em agosto de 2010, foram divulgados os resultados de um estudo realizado por Paulo Barreto e Elis Araújo, que indicava que este tipo de acordo - que reduz a área ou o grau de proteção das unidades de conservação na Amazônia - não era um caso isolado, mas uma prática comum nos diversos estados amazônicos. De acordo com o estudo: "Por pressão de

objetivo de cadastrar os moradores que deveriam ser realocados na APA. Porém, de acordo com depoimentos das famílias afetadas pelo acordo³⁵ recolhidos após os protestos de 2013, na época estes técnicos “só andaram de caminhonete” pela área. Eles não teriam acessado os locais mais isolados, onde estariam residindo exatamente as famílias mais pobres (linha 6 e as residentes próximo a Jaci Paraná). Nestas condições, a vistoria chegou a registrar em situação irregular (dentro dos novos limites da FLONA) 154 famílias, quando na verdade o número total seria de cerca de 400. Das 154 registradas, só teriam sido realocadas 107 (ou menos). E estas 107 não estariam em condições de trabalhar, já que, tendo sido reassentadas em terras desapropriadas³⁶ de fazendeiros da FLONA que permaneciam atuando na área, o gado – cerca de 2.000 cabeças – de tais fazendeiros não havia sido retirado e com isso as lavouras eram comprometidas. Como é comum em casos similares, o gado atuava como extensão do poder do latifúndio, como a vanguarda móvel de suas pretensões territoriais.

Este acordo firmado entre as diferentes esferas do poder executivo claramente não expressava nenhum compromisso com a preservação ambiental no estado de Rondônia e era movido de um lado, pela enorme pressão política do Governo Federal em seu esforço de aplicação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, carro chefe da propaganda governista de então e verdadeiro “filão” das grandes empreiteiras atuantes no país, e por outro, pelo interesse de latifundiários daquele estado em se aproveitarem de mais uma considerável extensão de terras que sairia da alçada da fiscalização federal.

Em meio a esse jogo de grandes interesses as famílias camponesas continuaram sendo pressionadas para deixar a FLONA enquanto recebiam como resposta para suas demandas, apenas as promessas de uma “nova área de assentamento”, desde que saíssem de onde estavam. Parte dessas famílias, residentes na chamada “linha 6”, foram despejadas depois de viverem na FLONA por mais de uma década – algumas a mais de 14 anos – sendo primeiro colocadas numa escola da localidade e depois expulsas para à beira da estrada de acesso ao distrito. O resultado foi que no início de 2013 voltaram para a FLONA até mesmo os

madeireiros, fazendeiros e dos governos estaduais da Amazônia, 29 áreas protegidas na Amazônia foram reduzidas ou extintas entre 2008 e 2009. O total de florestas perdidas no processo foi de 49 mil km². (...) Rondônia foi o Estado que reduziu o maior número de área protegidas. O Estado diminuiu a área de duas unidades de conservação estaduais, e extinguiu dez. Além disso, negociou com o governo federal a redução da Floresta Nacional (FLONA) do Bom Futuro: o governo estadual exigiu, como condição para conceder uma licença ambiental para as usinas do rio Madeira, que o governo federal reduzisse a área da FLONA”. Fonte: *O fim da floresta*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Disponível em: <http://stat.correioweb.com.br/cbonline/junho/ofimdafloresta.pdf>

³⁵ Depoimentos recolhidos por advogados e estudantes da Universidade Federal de Rondônia em seminário realizado na UNIR logo após os eventos de novembro de 2013.

³⁶ Não nos foi possível apurar na pesquisa em que termos se deu tal “retomada” de posse por parte do INCRA, se teriam sido desapropriadas ou confiscadas, já que se tratava de terras griladas dentro de uma Unidade de Conservação federal. A se considerar o histórico da região, não seria de se espantar que os grileiros fossem indenizados.

moradores que haviam sido realocados, já que não tinham condições de trabalhar nas terras que permaneciam ocupadas pelo gado.

O quadro de incerteza permanece até hoje e é praticamente impossível saber a situação do conjunto dos moradores. O que se sabe é que uma minoria foi realmente assentada próximo ao distrito (cerca de 70 famílias) mesmo sem definição clara dos limites da APA e para estas foram oferecidos créditos para projetos no âmbito da “agricultura familiar” e da “agro-ecologia”³⁷. Para a maioria das famílias que viviam na FLONA, porém, a rotina é de muita repressão e não há nenhuma resposta conclusiva por parte do INCRA. A única certeza é a de que quem fala em retornar para os antigos lotes corre sério risco de morte.

Como podemos perceber, a tensão social que vinha se acumulando ao longo de anos de ações repressivas por parte dos órgãos de fiscalização e das polícias locais – em meio a um intrincado jogo de interesses que envolvia, além dos pequenos agricultores e comerciantes, muitos agentes da própria administração estatal – teve seu ponto culminante no descumprimento da promessa de assentamento das famílias cadastradas e no não cadastramento de centenas de outras famílias que foram, então, removidas da área.

No dia 13 de novembro de 2013, diante de nova operação conjunta envolvendo tropas da Polícia Militar Ambiental de Rondônia, Polícia Federal e fiscais do IBAMA e do ICMBio, as famílias do distrito iniciaram protestos contra o que consideravam abuso de autoridade da Força Nacional de Segurança (FNS) e do ICMBio durante a realização de operações de fiscalização na FLONA. Os protestos contaram com a participação de, no mínimo, 300 pessoas, como é possível verificar em imagens divulgadas por jornais locais e recolhidas com parentes de moradores da área.

³⁷Em setembro de 2013 foi anunciada a liberação de mais de R\$ 10 milhões de recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) “Mais Alimentos” e Pronaf “Floresta”. O financiamento foi intermediado pela Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater-RO), o Banco da Amazônia (Basa) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam). Estimava-se na ocasião que pelo menos 74 projetos apresentados pelos agricultores seriam financiados com esses recursos. A aplicação desses recursos estaria comprometida diante da indefinição entorno da situação das terras nas quais as famílias deveriam ser realocadas.



Imagem 1: Moradores de Rio Pardo reunidos momentos antes dos confrontos de 13/11/13. (autor desconhecido)



Imagem 2: Moradores de Rio Pardo momentos antes dos confrontos de 13/11/13 (autor desconhecido)

Nove pontes nos acessos à região foram queimadas ou danificadas para impedir a retirada de motos e a detenção de moradores que participavam do protesto. De acordo com os relatos exibidos por um jornal local³⁸, boa parte dos manifestantes era formada por pessoas

³⁸BuritineWS.com.br

que foram realocadas da FLONA para o Rio Pardo no ano anterior, e que, desde então, aguardavam medidas para regularizar sua permanência no local.



Figura 6: Moradores atravessam ponte danificada. (autor desconhecido. 2013)



Figura 7: Moradores de Rio Pardo detidos pela FNS (Buriti News)

Segundo informações fornecidas então pela Polícia Militar de Buritis ao portal *Rondônia Vip*, os policiais teriam sido emboscados, e pelo menos dois deles teriam sido mantidos como reféns. Depois do conflito, os policiais da FNS teriam se dirigido a Porto Velho por uma estrada secundária em Jaci Paraná, a área no interior da FLONA de onde foi

removida a maior parte dos envolvidos com o episódio. Pelo menos cinco pessoas foram presas em consequência do tiroteio e dos protestos que se seguiram, e outras dez foram conduzidas à sede da PM para prestar depoimentos. (FIOCRUZ. 2013)

No dia seguinte reportagens repercutiram amplamente a confirmação da morte de um policial da FNS durante a operação. A informação foi veiculada oficialmente pela Polícia Militar de Rondônia no mesmo dia (14 de novembro). O Cabo PM Luís Pedro de Souza Gomes tinha 33 anos e estava a nove anos na corporação. De acordo com a PM, durante o conflito, pelo menos um carro da FNS e um barracão (em construção para sediar a base local da PM-RO) também foram incendiados.



Figura 8: Instalações da PM incendiadas em 2013. (montagem a partir de fotos feitas por moradores)

Em 15 de novembro de 2013, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Rondônia publicou em seu blog uma nota da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental (LCP), na qual divulgavam a versão das famílias de Rio Pardo sobre o conflito. Segundo os moradores, não havia no local apenas uma disputa entre autoridades ambientais, policiais federais e as famílias de pequenos agricultores, mas também entre estes e grandes grileiros, madeireiros e fazendeiros, que recorrentemente seriam beneficiados pelas ações da PMRO e de outros órgãos do Estado. Além disso, a LCP afirmava que 270 famílias teriam retornado para a área da FLONA Bom Futuro, depois de serem retiradas na operação do ano

anterior, sem que nenhuma alternativa para moradia e produção agrícola lhes fosse oferecida pelo governo federal. A revolta contra as forças policiais só teria ocorrido devido à prisão de dois camponeses, além da apreensão de seus veículos durante operação para nova desapropriação da área.

Ainda segundo a nota, “a resposta dos moradores foi bloquear as estradas e destruir as pontes de acesso para tentar impedir que suas motos e companheiros fossem levados pela FNS para Buritis. Soldados da FNS ficaram encurralados dentro da FLONA e cercados por centenas de camponeses. Numa ação desesperada, a polícia revidou com tiros de borracha e depois com munição real, ferindo várias pessoas. Os camponeses se defenderam com rojões, pedras e paus. Uma viatura da Força Nacional e um caminhão do ICMBio que participavam das apreensões foram totalmente queimados, várias outras viaturas do GOE e PM foram atacadas com pedras, a base de operações da PM e FNS foi completamente destruída em represália aos ataques contra os camponeses.”. (LCP. 2013)

Um vereador de Porto Velho, depois de visita realizada ao distrito de Rio Pardo logo após as notícias do conflito, em sessão da câmara relatou que “Tem marcas de tiros em casas comerciais e no posto de gasolina. Além de pessoas com marcas de bala de borracha no rosto e nos braços. Mas ninguém fala, com medo de represálias (...)”³⁹.



Figura 9: Moradores feridos em novembro de 2013 (fotos cedidas pela ABRAPO)

³⁹ Reportagem de Ana Aranda. *Tensão e medo na Área de Proteção Ambiental do Rio Pardo*. Amazônia da Gente. 20 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.amazoniadagente.com.br/?p=12701>. Acessado em 30 de junho de 2015.

Com a forte repercussão do conflito, uma equipe formada por representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (CEBRASPO) esteve na vila de Rio Pardo no dia 16 de novembro para verificar os fatos relacionados a denúncias de torturas contra moradores. De acordo com membros dessa comissão, “foram colhidos depoimentos e registros fotográficos de pessoas feridas com balas de borracha. E constatadas marcas de tiros em casas, estabelecimentos comerciais, posto de gasolina e na casa de um dentista”⁴⁰.



Figura 10: No sentido horário: marcas de tiros em bomba de gasolina; cápsulas deflagradas de munição para pistola e fuzil; marca de tiro em porteira; escritório de dentista depredado pela polícia. (imagens feitas por moradores e pelo portal Rondônia Vip)

Em nota, a Associação Brasileira de Advogados do Povo – ABRAPO, que também acompanhou a comissão, denunciou que “diversos moradores relataram que foram torturados por policiais militares para que estes obtivessem informações sobre as supostas lideranças dos manifestantes. Muitos, com marcas de espancamento, afirmaram não terem se dirigido a hospitais por medo de mais uma vez serem torturados, já que havia uma grande concentração

⁴⁰ Idem.

de policiais em Buritis. As torturas relatadas foram: enforcamento, espancamento e choque elétrico.” (ABRAPO. 2013)

A respeito da morte do policial, até hoje pairam dúvidas. De acordo com os moradores, o PM teria sido atingido por outro policial em meio à confusão e desespero da tropa diante do impedimento de sua saída da área. Uma pessoa chegou a ser detida na época, na cidade de Ariquemes⁴¹ com uma garrucha 32 que, segundo a PM “era do mesmo calibre” que havia atingido o membro da FNS. As investigações não foram adiante e, segundo uma advogada ligada à CPT Rondônia, na época a corporação teria barrado a liberação do corpo para exames mais detalhados, o que colaborou para aumentarem as dúvidas sobre a origem do disparo.



Figura 11: Tropas de diferentes corporações mobilizadas durante a operação (imagens Rondônia Vip e Buriti News)

Depois dos protestos de novembro, o ICMBio juntamente com a PM prendeu 4 camponeses moradores de Rio Pardo, dentre eles o Sr. Saldanha, presidente da associação de moradores da linha 6. Depois de detidos ficaram uma semana no presídio Pandinha, em Porto Velho e depois liberados em diferentes prazos. O então Comandante da Força Nacional de

⁴¹O homem suspeito de matar o policial foi identificado apenas como “Iranildo” e foi preso com uma garrucha sem marca, em Ariquemes. Ele negou envolvimento. Outras três pessoas foram encaminhadas para oitivas da Polícia Federal.

Segurança na região, Tenente Mesquita pessoalmente tirou fotos de camponeses no presídio. O advogado que acompanhava o tenente teria lavrado uma ata na qual acusava os presos de “participarem duma quadrilha/grupo de invasores de terras”.

Além da trajetória descrita até aqui, alguns fatos ocorridos semanas antes dos eventos de 13 de novembro de 2013 são relatados por apoiadores das famílias de Rio Pardo e ajudam a explicar como a situação de tensão chegou àquele ponto:

- No dia 29 de outubro, policiais do 7º Batalhão da Polícia Militar de Rondônia, policiais civis e membros da Força Nacional prenderam 14 camponeses do acampamento *10 de maio*, na fazenda Formosa, distante algumas dezenas de quilômetros de Rio Pardo. Os camponeses foram levados para vários presídios de Rondônia. Policiais colocaram fogo nos barracos das famílias dos presos.

- Pistoleiros junto a policiais atacaram o acampamento *Monte Verde*, na mesma região e apreenderam 4 motos de camponeses devidamente documentadas.

O que percebemos é que na verdade a ocupação de toda esta região de entorno da FLONA foi, desde o início, marcada por intensos conflitos agrários. Foram dezenas de ocupações de terra nas quais, via de regra, registraram-se enfrentamentos armados entre posseiros e bandos de pistoleiros dos latifundiários locais.

A ação de grupos de extermínio envolvendo policiais de diferentes corporações é relatada pela população como fato rotineiro, algo realmente incorporado à dinâmica da convivência local.

Mesmo sem saber apontar claramente a causa do agravamento da violência, os relatos dão conta de que os assassinatos encomendados vêm se tornando mais frequentes entre camponeses e líderes de associações de moradores. De acordo com denúncias de moradores de Jaru, nos últimos anos morreram assassinados por ordem de latifundiário da região os camponeses Maninho, Oziel Nunes, Oséas Martins, Dercy Francisco Sales, José Vanderlei Parvewfki, Nélito Lima Azevedo, Élcio Machado, Gilson Teixeira Gonçalves e Renato Nathan. Em 2015, até a data em que visitamos a região, foram assassinados, só na região de Rio Pardo, sete trabalhadores, sendo que as mortes mais recentes foram as do topógrafo Jander Borges e a do presidente de uma das associações de moradores, Paulo Jacinto⁴².

As denúncias apontam ainda que em diversos conflitos agrários em Rondônia observasse-se a prática de maus tratos e de tortura por agentes do Estado ou de particulares a

⁴² Informações recolhidas durante o trabalho de campo.

serviço de fazendeiros, como no caso internacionalmente conhecido de Corumbiara (1995)⁴³; com os camponeses Élcio Machado e Gilson Teixeira Gonçalves, sequestrados e mortos em dezembro de 2008 ⁴⁴. E também com o camponês Adimar Dias de Souza, preso e torturado por agentes e um delegado da polícia civil de Ouro Preto D'Oeste, em 2012⁴⁵.

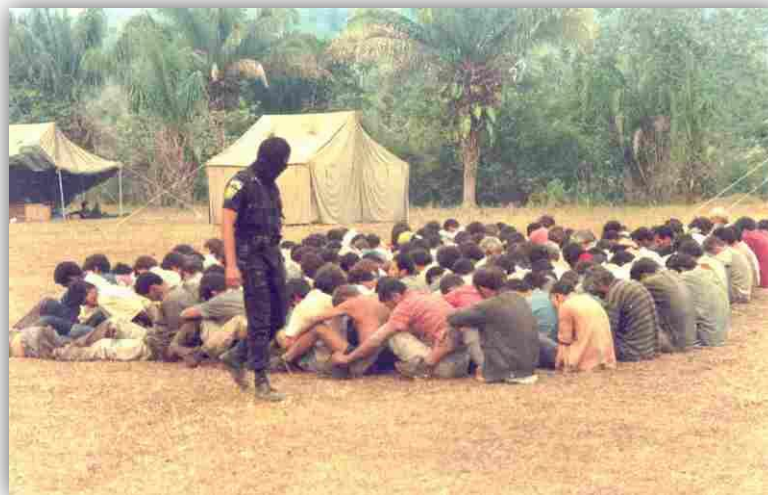


Figura 12: Massacre de Corumbiara 1995 (fonte: www.cptnacional.org.br)

De acordo com parentes de moradores de Rio Pardo, são constantes as humilhações, perseguições, despejos, destruição de casas e produção, muitas extorsivas, abordagens e prisões ilegais realizadas pela PMRO, ICMBio e SEDAM.

⁴³ O "Massacre de Corumbiara" é tido como um marco de viragem para o movimento de luta pela terra em Rondônia. Em 15/07/95 a fazenda Santa Elina (18 mil há) foi ocupada por cerca de 600 famílias. Na noite do dia 08/08/95, jagunços com fardamento da PM iniciaram os ataques. A operação contou com cerca de 200 jagunços recolhidos nas fazendas da região, além de presidiários recrutados nas principais cidades do estado. Após horas de tiroteio, quase esgotadas as forças dos camponeses, a PM completou o cerco tático ordenando a entrada do Comando de Operações Especiais — COE, dirigido pelo capitão José Hélio Cysneiros Pachá e o tenente Mauro Ronaldo Flores Corrêa (...). Na madrugada de 9 de agosto os resistentes foram imobilizados por policiais e jagunços que iniciaram as sessões de humilhação pública, torturas, espancamentos generalizados, com chutes no rosto, nas costas e abdome, golpes de porretes nas cabeças, mutilações com moto-serra e "tiros de misericórdia" à queima roupa (...). Durante todo dia 9 (...) mais de 400 camponeses foram submetidos a torturas (...) obrigados a comer o próprio sangue misturado a terra e até mesmo pedaços de cérebro de companheiros que tiveram suas cabeças esmagadas e partidas. Outros (...) tiveram que carregar os corpos dos abatidos para um caminhão. (...) Foram anunciadas 16 mortes (sendo uma delas a de uma criança morta com tiro pelas costas, a pequena Vanessa de 7 anos) e sete desaparecidos. 55 ficaram gravemente feridos e mais de 200 ficaram com sequelas físicas e psicológicas. Em razão da violência policial vários (...) vieram a falecer posteriormente, inclusive duas crianças recém nascidas. Fonte: Resistência Camponesa: <http://resistenciacamponesa.com/noticias/261-viva-os-14-anos-da-heroica-resistencia-camponesa-de-corumbiara?highlight=YTozOntpOjA7czo1OiJzYW50YSI7aToxO3M6NToiZWxpbnEiO2k6MjtzOjExOjIzYW50YSBibGluYSI7fQ=>

⁴⁴ O latifundiário Dilson Caldato foi o mandante e seus pistoleiros os executores. Eles seqüestraram os companheiros, amarraram os pés e as mãos de Élcio e Gilson e os torturaram durante horas. Quebraram seus dentes a coronhadas Com alicates e facas arrancaram as unhas e tiras de couro de suas costas. Élcio levou um tiro no braço e teve sua orelha esquerda decepada. Ambos foram executados com um tiro de espingarda calibre 12 na nuca. Fonte: Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais. RJ. Ano 24, nº 71, abril de 2009. Disponível em http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_71/seguranca.html

⁴⁵ Fonte: <http://www.correiocentral.com.br/noticias-det.php?cod=362>

3.4 Estágio atual do conflito e sua aproximação com a pesquisa⁴⁶

Para esta pesquisa foram definidos inicialmente dois momentos de saída a campo. O primeiro em janeiro (20 a 24) deste ano, em função de ajustar o direcionamento da pesquisa por meio do recolhimento de informações básicas sobre a área estudada; o segundo em junho (16 a 20), em função de recolher depoimentos, imagens e dados a serem confrontados com as hipóteses iniciais e com a bibliografia consultada.

Em janeiro, na primeira ida a campo, não nos foi possível chegar o distrito de Rio Pardo, tendo a viagem se limitado à capital Porto Velho. Apenas com os contatos que tínhamos disponíveis até então, não foi possível efetivar o transporte até a área.

Em Porto Velho visitamos a sede do ICMBio, a sede da CPT naquele estado e fizemos contato estudantes da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

No ICMBio, instalado dentro da base militar do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, foi possível conversar com uma das subdiretoras responsáveis por acompanhar o processo de adequação da FLONA Bom Futuro ao enquadramento normativo do SNUC, a formação do Conselho Consultivo da FLONA e a elaboração de seu plano de manejo, ambas as medidas pendentes quando da visita. A diretoria responsável pela unidade de conservação se colocou à disposição para o fornecimento de informações sobre a FLONA ao longo da pesquisa.

Na sede da Comissão Pastoral da Terra fomos recebidos com a desconfiança habitual de quem atua diretamente com conflitos agrários em qualquer região do País. A porta entreaberta, as perguntas sobre quem havia indicado o endereço da sede, com quem havia falado por telefone, etc. Já com a porta aberta, pudemos estabelecer conversa com duas advogadas envolvidas na defesa jurídica de trabalhadores da região e que pareciam não compreender o porquê de um interesse específico no caso do conflito de Rio Pardo.

Da conversa com as defensoras da Comissão Pastoral ficou a impressão de que realmente o caso de Rio Pardo e da FLONA Bom Futuro seria apenas mais um entre tantos. Sem veleidades acadêmicas e de forma bem objetiva, as práticas relatadas no entorno da FLONA foram descritas pelas advogadas como o “caminho natural” de toda unidade de

⁴⁶ As informações contidas nessa sessão do trabalho, quando não indicadas diretamente outras fontes, são resultado de entrevistas realizadas durante os três dias em que o autor esteve na cidade de Jaru. Durante estes dias foi feito o contato direto com familiares de moradores de Rio Pardo, advogados da causa camponesa, ativistas perseguidos por seu apoio às ocupações de terra e alguns antigos moradores da região. As informações foram recolhidas por meio de entrevistas semi-estruturadas, além de inúmeras conversas ao longo da preparação para a visita ao distrito de Rio Pardo.

conservação no estado de Rondônia: as áreas são instituídas como unidade de conservação apenas para regular a ocupação de pequenos posseiros, ao mesmo tempo em que são “corroídas” por dentro pela garimpagem clandestina, por grandes madeireiras e por pecuaristas, quase todos apadrinhados por políticos que se revezam nas administrações municipais e estaduais.

A primeira saída a campo foi fundamental para aclarar nossa percepção geral sobre o caso e para especificar os objetivos e os limites da pesquisa.

Na segunda ida à Rondônia, entre os dias 16 e 20 de junho, o trabalho se concentrou no interior. Em Porto Velho tentamos, sem sucesso, via telefone e e-mail, o contato com a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM para a obtenção de informações mais precisas sobre as terras que haviam sido desincorporadas da FLONA em 2010, bem como sobre a situação cadastral das famílias em processo de realocação. Com a ausência de respostas, nos dirigimos de ônibus para Jaru, a cerca de 300 quilômetros da capital. Lá encontramos uma advogada que atua junto a diversos movimentos e associações camponesas na região e por seu intermédio conhecemos vários ativistas da luta pela terra e outros apoiadores das reivindicações das famílias de Rio Pardo⁴⁷.

Em Jaru fomos esclarecidos de que, diferentemente da situação de relativa tranquilidade vivida na região em janeiro, quando tentamos os primeiros contatos, agora o clima havia se tornado muito tenso, em razão das execuções de Jander Borges e Paulo Jacinto, ocorridas respectivamente em 16 de abril e 1º de maio deste ano. Ainda em Jaru foi possível entrevistar cerca de quinze (15) pessoas, das mais diversas idades e origens, que de forma direta ou indireta, conheciam aspectos do conflito em Rio Pardo.

Além de informações gerais sobre os municípios de Jaru, Ariquemes e Buritis, algumas perguntas específicas foram feitas em comum a estas pessoas no intuito de cruzar as informações e assim poder obter um quadro mais fidedigno do processo que buscamos analisar. Como as entrevistas não foram formalmente estruturadas e fizemos a opção de não identificar individualmente as pessoas, o resultado dessas conversas segue abaixo, organizado da maneira que julgamos ser mais favorável ao entendimento geral.

Sobre a quantidade de pessoas ou famílias efetivamente residindo na FLONA e nas áreas da APA e da Floresta Estadual, ninguém parece ser capaz de precisar ou, se quer, de dar

⁴⁷ Por motivo de preservação da integridade destas pessoas no contexto de extrema perseguição verificado na região os nomes e/ou apelidos não foram utilizados no trabalho.

um número aproximado. As informações dos entrevistados variam de 3 a 5 mil⁴⁸. Perguntados se teria havido uma suposta evasão de moradores de 2010 em diante, ninguém soube responder.

Sobre a origem predominante da população residente em Rio Pardo, a percepção geral é a de que são famílias que residiam em Jarú e outras partes ao sul do estado. Ou seja, não verificamos relatos de uma migração recente em grande escala de outros estados para a região. São pessoas vindas de vários estados, décadas atrás – Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo – e migraram para a região no auge da exploração madeireira movida a partir do município de Ariquemes em meados da década de 1990. Isso ocorreu paralelamente ao garimpo na mesma região. Dois trabalhadores, exatamente os mais velhos do conjunto de entrevistados (ambos paranaenses que vivem na região a mais de três décadas), atestaram que a motivação principal foi a madeira e não o garimpo.

Acerca da atividade econômica predominante hoje em Rio Pardo todos confirmaram ser esta a pecuária de corte, tanto em Rio Pardo como em todo o entorno de Buritis. Na região é nítida inclusive a presença de atividades relacionadas ao melhoramento genético e comércio de reprodutores. São comuns no caminho até a FLONA as placas e faixas anunciando leilões de touros.

O principal (talvez o único) comprador do gado criado ali é o frigorífico FRIGON, situado em Jarú, propriedade de João Gonçalves. O mesmo proprietário dos Supermercados Gonçalves, maior rede varejista de Rondônia. Segundo o sítio eletrônico da empresa, os destinos da carne produzida ali incluem Egito, Argélia, Líbia, Hong Kong, Rússia e Venezuela⁴⁹.

O tamanho das posses no entorno de Rio Pardo varia de pequenos lotes de 20 alqueires até grandes fazendas de 1.000 ou 1.200 alqueires. As terras que serviram de base para o processo de expansão da grilagem na região foram as chamadas *glebas burareiro*, de mais ou menos 400 alqueires, originadas dos contratos CATP (Contratos de Alienação de Terras Públicas, firmados décadas atrás, os quais distribuíram, mediante compensações mínimas, lotes de 400 ou 200 alqueires a colonos interessados em desbravar a região.

⁴⁸ A reportagem de Ana Aranda no portal Amazônia da Gente já citada anteriormente, de 20 de novembro de 2013, traz o relato de uma intervenção do vereador Jurandir Bengala na câmara de Porto Velho na qual é citado um levantamento realizado naquele ano em que constavam 2.513 casas na área, fazendo que o vereador estimasse em cerca de 10.000 moradores o número de ocupantes da área total.

⁴⁹ Fonte: <http://www.frigon.com.br/>

Os relatos colhidos em Jaru dão conta de que a maioria das grandes fazendas no entorno de Rio Pardo tem entre 600 e 800 alqueires⁵⁰, e que, do conjunto das posses situadas entre Buritis a Rio Pardo, estas são as principais fornecedoras de gado para o grupo Gonçalves. Outra atividade econômica descrita como sendo muito comum a estas posses maiores é a retirada ilegal de madeira.

Uma característica importante dessas áreas é a de que são movimentadas por pessoas que, em geral, não residem em Rio Pardo, mas em Buritis e Ariquemes. Outro dado importante sobre os posseiros que controlam essas terras mais extensas é a de que entre eles muitos são policiais (entre 50 e 70), principalmente de Buritis e que, destes, alguns seriam membros de um antigo grupo de extermínio atuante na região.

Já os pequenos posseiros, que residem na vila de Rio Pardo e nas linhas adjacentes, sobrevivem em terras com extensão entre 20 a 60 alqueires, dentro das quais também desenvolvem a pecuária de corte, em pequena escala, associada à pequena produção de leite⁵¹, plantio de café – em decadência na região, segundo os relatos – e prestando serviços diversos nas fazendas maiores. Outro dado constatado em campo foi o de que o comércio e os poucos serviços desenvolvidos em Rio Pardo são de iniciativa de pequenos posseiros que se instalaram com algum capital próprio. Ou seja, o abastecimento de combustíveis (um único posto), as hospedarias, restaurantes, lojas de material de construção, entre outros, não são de propriedade dos grandes fazendeiros que exploram os recursos madeireiros e as áreas de pasto, pelo contrário, são empreendimentos de pequenos proprietários⁵² que arriscaram tudo o que tinham para se instalar na região e ali buscam estabelecer vínculos mais fortes.

Um dos entrevistados resumiu da seguinte maneira o processo usual de ocupação da região: “Começa pela madeira, aí vão se fixando os pequenos povoados... com as lavouras tradicionais de subsistência, macaxeira, milho... depois vem o café. Nas criações, a tendência do pequeno é mexer com gado de leite e a do grande é o gado de corte.”

A respeito da organização dos moradores, só pudemos identificar que são muitas as associações de moradores. Começam com igrejas ou pela simples relação que vai se estabelecendo entre os moradores de uma mesma “linha” (“cada linha tem sua associação”); com as divergências entre lideranças vão se criando novas. De acordo com os relatos, é muito

⁵⁰ O alqueire de referência na região é o chamado “alquerinho paulista”, correspondente a 2,42 ha, metade do alqueire oficial, 4,84 ha.

⁵¹ A cadeia do leite ali, assim como na maior parte do país, também é dirigida pelas cooperativas de crédito controladas por latifundiários. Sistema SICOOB.

⁵² Curioso e muito importante notar que alguns desses pequenos proprietários são exatamente os que responderam ou respondem a processos criminais depois de terem sido presos na ocasião da revolta de novembro de 2013.

grande a influência de vereadores, criadores de gado e policiais sobre estas entidades. Não pudemos confirmar nem o número aproximado nem a representatividade de tais associações.

Em praticamente todas as entrevistas colhidas em Jarú foi constatada a denúncia de que grandes madeireiras permanecem extraindo madeira de dentro da área da FLONA, mesmo após o acordo de 2010 que redefiniu seus limites. Os relatos descrevem que a retirada dos caminhões com as toras é feita à noite. Outra séria denúncia é a de que a exploração ilegal conta com a participação de funcionários de órgãos de fiscalização. Um casal entrevistado relatou especificamente o caso de funcionários da SEDAM que receberiam R\$10.000 por semana para liberar as carretas carregadas de madeira ilegal em Jacinópolis, outro distrito de ocupação recente na região. O casal explica ainda que a exploração ilegal sempre demanda uma fachada legal, já que o transporte da madeira realmente não tem como ser feito sem nota fiscal, mas a fraude ocorre exatamente a partir dessas notas que, não sendo carimbadas pelos funcionários comprados, são usadas indefinidamente. Ou seja, a nota fiscal de uma carga é usada para passar dez, vinte cargas nos postos de fiscalização. Isso ajuda a entender como é frágil o discurso da “exploração florestal sustentável”, segundo o qual a exigência do “selo verde” fortaleceria a fiscalização.

Com a chegada a Rio Pardo para entrevistar moradores sobre os eventos de 2013 e sobre a situação da ocupação da área depois da criação da APA foi possível verificar a situação de tensão acentuada pelos assassinatos de abril e maio. Tal estado de tensão fez com que desde o início a ida até o distrito envolvesse uma série de cuidados e incertezas.

Desde os primeiros contatos, ainda em Porto Velho, fomos advertidos de que seria impossível ir ao local sozinho, mesmo sob a justificativa de uma pesquisa acadêmica. Na verdade, a justificativa de uma pesquisa relacionada aos fatos em andamento aumentaria os riscos, não os mitigariam. Assim, a visita ao local estava condicionada à formação de um grupo que a alguns dias planejava ir até lá a pedido da família de Paulo Justino, assassinado em 1º de maio deste ano, em função de recolher os pertences pessoais do falecido que ainda estariam em sua casa, abandonada. Outras dificuldades envolviam o fato de que o grupo não podia ser formado por pessoas conhecidas, já que se avaliava que, naquele momento, suas vidas também poderiam ser colocadas em risco. Depois de dois dias em Jarú, foram definidas duas pessoas que possuíam parentes na localidade para nos acompanhar, juntamente com o advogado constituído como procurador da família de Paulo Justino. Este deveria ser contatado em Buritis, a caminho de Rio Pardo. Depois de discutidos os últimos detalhes sobre as medidas de segurança para a viagem, saímos de Jarú às quatro da manhã do dia 19, pela BR-364, sentido Ariquemes.

De Jarú, passando por Ariquemes, até Buritis, são 203 km em estrada asfaltada. Ali encontramos o Dr. M. com o qual conversamos por alguns minutos esclarecendo as características da pesquisa e avaliando a melhor maneira de cumprir com o duplo objetivo da visita sem que fosse comprometida a segurança do grupo.

De Buritis até Rio Pardo, são mais 90 km em estrada de terra batida, ao longo da qual é possível perceberem a forte presença da pecuária extensiva.

Na curva que dá acesso ao distrito se situam as instalações incendiadas dois anos antes pela população e que, hoje reformada, abriga uma base operacional da Polícia Militar Ambiental. Na vila esperávamos encontrar ao menos cinco moradores que, segundo indicação do Dr. M, poderiam colaborar com a pesquisa com informações bastante completas, em particular sobre as associações de moradores existentes e suas reivindicações atuais. Sobre o recolhimento dos pertences de Paulo Justino, isso ficaria a depender do “clima” constatado, da ocorrência ou não de policiais (principais suspeitos pelo assassinato), etc.

O que ocorreu durante nossa estadia foi que nenhuma das pessoas indicadas pelo advogado se encontrava na vila. Estas, ou estavam retiradas em seus lotes, em locais onde o carro em que estávamos não podia chegar, ou estavam em Buritis “por um tempo”. O que acontecia – e não causava nenhum espanto – é que as pessoas que queríamos entrevistar eram exatamente as que em 2013 estiveram à frente dos protestos. Algumas participaram de reuniões com os órgãos de fiscalização e com o INCRA, outras chegaram mesmo a ser detidas na época, ou na ocasião dos protestos ou dias depois. Ao fim de algumas tentativas só conseguimos encontrar a filha do presidente de uma das associações de moradores. Esta não tinha muitas informações a oferecer e claramente se mostrava incomodada com nossa presença. Limitou-se a nos indicar o endereço da casa do morador assassinado no começo de maio e a explicar que o pai deveria ficar fora por alguns dias.

Na casa de Paulo Justino o que vimos foi pura destruição. Objetos pessoais, roupas, remédios, livros, tudo havia sido jogado ao chão e pisoteado pela polícia. Como sua casa era também a sede da associação de moradores que presidia, havia também uma impressora e peças de computador quebradas na sala que servia de local de reunião da associação. Na cerca em frente à casa vimos as marcas dos tiros disparados na noite em que foi morto⁵³.

⁵³ Paulo Justino era alagoano e vivera no RJ antes de se mudar para Rondônia a cerca de quatro anos. Apesar de não ser formalmente vinculado à nenhuma organização, movimento ou partido, era uma liderança militante. Entre os seus pertences recolhidos naquele dia na casa já abandonada estavam livros de teoria marxista e diversos impressos e apostilas sobre a luta pela terra e sobre a situação política no país. O nome que escolheu para a associação que havia fundado a poucos meses – Vladimir Lenin – confirmava suas inclinações ideológicas. Paulo foi assassinado logo após participar de uma reunião com o ouvidor agrário nacional Gercino José da Silva Filho em Porto Velho nos dias 28 e 29 de abril. É o “roteiro da



Figura 13: Frente da casa de Paulo Justino; marcas de tiros na cerca. (fonte: autor)

A ida até Rio Pardo se constituiu num evento paradoxal para os objetivos da pesquisa: se por um lado, não conseguimos entrevistar nenhum morador – nem chegamos a cogitar a possibilidade de levar um gravador ou abordar moradores à esmo⁵⁴ – por outro, o fato constatado de que, diante das mortes recentes, as pessoas se calaram, ou até mesmo se retiraram da vila temendo por suas vidas, confirma as inúmeras denúncias ouvidas em Jaru sobre a situação de insegurança das famílias que vivem ali. Em meio a esse eloqüente silêncio, nada mais precisava ser dito.

As dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa podem se resumidas em duas: na fase de recolhimento documental e revisão bibliográfica enfrentamos uma infinidade de lacunas e ambigüidades nas informações disponíveis, de modo que, mesmo na fase final de redação do trabalho ainda era possível constatar novos dados e relatos que corrigiam registros feitos anteriormente; na fase de pesquisa de campo, primeiro, diante da impossibilidade de acessar a área estudada sem intermediários implicados no conflito, a necessidade de fazer uma opção entre garantir esse acesso via ICMBio e SEDAM ou garantir o acesso via movimentos e entidades ligadas à luta pela terra; tendo optado pelo segundo caminho, enfrentamos a dificuldade de entrar em contato com os moradores sem colocar em risco a segurança de terceiros ou mesmo das pessoas com as quais buscamos contato dentro do distrito.

morte” tantas vezes usado por latifundiários e pistoleiros para identificar lideranças camponesas e matarem em seguida. Tonha e Serafim, assassinados em Ariqueemes (2003), Luis Lopes, no Pará, Elcio e Gilson em Rio Alto (2009), Josias e Ireni em Colniza, Mato Grosso (2014), Cleomar Rodrigues, assassinado no Norte de Minas Gerais (2014), todos mortos dias depois de se reunirem com o ouvidor.

⁵⁴ Planejávamos fazer o registro de imagens da viagem, mas depois de alguns minutos dirigindo pelas ruas do povoado a reação das pessoas diante da simples presença de um carro estranho nos desencorajou a sacar do bolso a máquina fotográfica.

Apesar das dificuldades enfrentadas e suas conseqüentes limitações para os resultados da pesquisa, a realidade constatada em Rio Pardo revela aspectos muito ricos a serem analisados a partir das contribuições teóricas apontadas no capítulo anterior.

Primeiramente, a indefinição dos limites das UC's criadas a partir do desmembramento da FLONA - Área de Preservação Ambiental Rio Pardo e Floresta Estadual Rio Pardo – e a conseqüente indefinição quanto ao assentamento das famílias desalojadas, expressa certa fragilidade das instituições estatais na definição de seus territórios apesar da forte presença de seus agentes de fiscalização. Por outro lado a mesma indefinição permite perceber a enorme capacidade de agentes locais em estabelecer a sua territorialidade por meio do exercício de uma autoridade baseada no poder econômico e nas tradições políticas da região (influência de políticos de Ariquemes e Buritis), mas garantida, sobretudo, pelo poder das armas de policiais locais a seu serviço (grupo de extermínio composto por policiais civis de buritis).

Outro aspecto interessante é o fato de que, entre os agentes que possuem interesses na área de entorno da FLONA, os que exercem o poder político e controlam o território – decidem sobre a vida ou a morte inclusive – são exatamente os que não residem ali. Os pequenos produtores e comerciantes locais precisam se retirar quando se instala uma situação de risco. Diante da simples menção à intenção de retornar para os lotes originais pode resultar em morte. Isso revela a que ponto estes moradores não exercem autoridade sobre o espaço de suas vidas. Enfim, as relações de poder definem o território, em cada escala se materializando na proporção direta da capacidade de cada agente territorializante de exercer sua autoridade política, garantida em última instância, pelo uso direto da força.

Em segundo lugar, podemos dizer que a situação de Rio Pardo, bem como de toda a área dos municípios no entorno da FLONA, é exatamente a descrita por Martins ao tratar da fronteira quando afirma:

Longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela, nestes estudos, o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas conseqüências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos. Elas se estendem à sociedade inteira, em seus efeitos conservadores e bloqueadores de mudanças sociais em favor da humanização e da libertação do Homem de suas carências mais dramáticas. (MARTINS. 1997, p.16)

Em terceiro lugar, cabe ressaltar que, como já dito anteriormente, o conflito instalado em Rio Pardo, em meio às suas particularidades, compõe o quadro de conflituosidade generalizada naquela região, condicionada pela permanência de uma propriedade da terra

altamente concentrada e voltada à produção de commodities. A problemática ambiental deve ser compreendida a partir deste enquadramento e não fora dele, como fenômeno à parte. A terra, sua propriedade e as relações que se estabelecem em seu interior, no interior de latifúndios imensos e defendidos por bandos de homens armados à margem de qualquer lei, é o eixo fundamental dos fenômenos de degradação do meio físico-biótico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito tempo que as dificuldades na aplicação de políticas ambientais para a Amazônia são creditadas a uma polarização entre órgão de regulação e fiscalização federais e estaduais de um lado, e grileiros e madeireiros de outro. Esta polarização é constantemente apontada pelo discurso oficial governista e reproduzida pelos grandes canais de imprensa, principalmente nos casos de denúncia de desmatamento.

Esse discurso tem sido funcional ao governo federal no manejo das contradições que enfrenta ao aplicar uma política ambiental que, no fundamental, serve a interesses de corporações imperialistas – especialmente mineradoras, mas não somente – que visam lucrar com a exploração dos recursos naturais das Unidades de Conservação.

Se observarmos a situação em Rondônia do ponto de vista estritamente político, percebemos que as dificuldades do governo federal em aplicar a legislação ambiental naquele estado decorrem do fato de que os grupos de poder que o governam, apesar de compor a base de sustentação política do governo Dilma Rousseff (PMDB em suas diferentes frações), vêm seus interesses ameaçados pelos acordos firmados pelo executivo federal com organismos e empresas transnacionais. Notadamente pela pressão normativa que estes acordos geram sobre o território.

Aos grupos de poder locais a desregulação, ou pelo menos a manutenção de certa ambigüidade jurídica, é funcional a seus interesses. Daí deriva a constante incoerência entre diferentes órgãos de fiscalização e a corrupção endêmica verificada em tais instituições.

Partindo dessa compreensão e diante dos resultados da pesquisa, vemos que os interesses motivadores dos conflitos pela posse de terras no entorno da FLONA Bom Futuro, são bem mais variados quanto à natureza econômica e não necessariamente bem articulados entre si do ponto de vista político.

Identificamos naquele contexto, basicamente: a) grandes pecuaristas residentes em Buritis e Ariquemes, interessados nas terras em função do comércio de gado articulado com o

mercado de carnes via Grupo Gonçalves, que possui ampla rede em todo o estado de Rondônia; b) grandes madeireiros que aparentemente atuam ilegalmente tanto fora quanto dentro dos limites da FLONA em terras não demarcadas, protegidos por vereadores e policiais das mesmas duas cidades; c) posseiros “médios”, que controlam glebas de cerca de 200 alqueires, também vinculados ao comércio de gado, mas sem tanto capital, criam gado próprio e também arrendam pasto para boiadas alheias; d) pequenos agricultores (lotes entre 20 e 100 alqueires), que criam gado leiteiro ao mesmo tempo em que produzem café, milho e macaxeira; e) pequenos madeireiros, cuja extração não alcança os limites atuais da FLONA e atendem não mais que o comércio local de materiais básicos de construção; f) pequenos comerciantes residentes na vila de Rio Pardo que exercem também atividades produtivas em pequenos lotes (entre 20 e 40 alqueires).

Em meio a essa ampla gama de interesses que podem ser encontrados no entorno⁵⁵ da FLONA, a massa de pequenos agricultores, pequenos madeireiros e comerciantes – camponeses, num sentido amplo – é freqüentemente manipulada pelos grandes pecuaristas e madeireiros em sua tentativa de manter a exploração econômica daquelas terras em oposição ao esforço de ordenamento territorial levado adiante pela fiscalização federal. Esta por sua vez, tem sua política de combate a uma suposta exploração predatória “em geral” limitada ao discurso, já que na prática acaba por reprimir principalmente os pequenos produtores que diante das multas, perseguições e agressões, não contam com o mesmo apadrinhamento político que os latifundiários locais têm à sua disposição e, assim, se valem do único recurso que lhes sobra, a revolta. Tanto a manipulação dessa massa camponesa pelos grileiros atuantes na área quanto a repressão a que são submetidos pelos órgãos de fiscalização e pelas polícias só são possíveis devido à inexistência de uma maior organização – natural diante da ausência das mais básicas liberdades democráticas – por parte destes trabalhadores e trabalhadoras.

Na hipótese de se estabelecer uma polarização entre dois campos em disputa em Rio Pardo, seria mais correto dizer que de um lado se situam os interesses destes pequenos produtores e comerciantes e de outro os interesses de latifundiários locais em seus diferentes estratos juntamente os prepostos locais das grandes mineradoras, ONG’s a serviço do imperialismo e os órgãos de fiscalização e repressão do Estado. O critério para tal distinção seria o de reconhecer quais interesses são realmente inconciliáveis em longo prazo e quais são

⁵⁵ Entendido aqui como a área que abrange a porção desincorporada em 2010 mais as terras situadas próximas ao município de Buritis.

os que, apesar de estarem em choque num dado momento, tendem ao mesmo leito do ponto de vista estratégico.

Como atesta toda a trajetória das últimas décadas, o Estado ao se deparar com obstáculos à aplicação de suas políticas centrais, adota diferentes táticas dependendo da identidade de classe dos que se lhe oferecem oposição. Em se tratando de latifundiários que se recusam a aceitar determinado ajuste na ordem de exploração, sempre é oferecida uma via para o consenso, mesmo que as vezes isso cause prejuízos econômicos importantes a uma ou outra parte. Já em se tratando de camponeses ou outro extrato das classes populares, a resposta desde os tempos do império foi sempre uma só, a saber, a repressão a ferro e fogo.

Infelizmente essa é a tendência para qual aponta o conflito instalado em Rio Pardo.

Em correspondência com a dinâmica geral de penetração do Capital no agrário brasileiro, predominam no curto prazo os interesses dos latifundiários e no longo prazo os interesses de corporações transnacionais, ambos em detrimento das demandas e reivindicações dos camponeses.

Em correspondência com a dinâmica particular de penetração destes capitais na fronteira amazônica, tanto latifundiários quanto grandes empresários do ramo da mineração ou da indústria de biotecnologia contam com dois elementos favoráveis de grande importância: primeiro, a baixa organização política associativa/cooperativa dos pequenos produtores; segundo, o favorecimento constante do Estado a seus empreendimentos, seja por meio de medidas estritamente econômicas, ou mesmo pela atuação direta de suas instituições e instrumentos jurídico-normativos.

Em relação ao segundo problema levantado no início da pesquisa, o de se o acordo de 2009 entre o governo de Rondônia e o Ministério do Meio Ambiente que resultou na alteração dos limites da FLONA teria ou não colaborado para um acirramento dos conflitos na região, esta não pôde ser confirmada.

A percepção de algumas pessoas entrevistadas é a de que os assassinatos seletivos se tornaram mais frequentes, mas não necessariamente isso seria resultado de um aumento geral da tensão entorno deste conflito em específico.

Ao que tudo indica teria ocorrido por volta de 2011 uma mudança de tática principalmente por parte de grupos de policiais ligados à latifundiários locais levando estes a não mais se ocupar da prisão de militantes de movimentos populares, passando à eliminação física dessas pessoas. Nas palavras de um ativista entrevistado: “(...) de uns tempos pra cá a

ordem é matar, porque prendendo eles não conseguiram parar as ocupações e dava muita repercussão”.

Cabe ainda ressaltar que uma conclusão adicional que pode ser registrada a partir da pesquisa é a de que o Estado, por meio da atuação combinada de instituições como IBAMA, ICMBio, INCRA, SEDAM, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e Forças Armadas, está colaborando para a manutenção de um quadro de instabilidade e insegurança na região.

Isto se dá basicamente por duas vias, uma estrutural, ou seja, pelo fato de que as linhas gerais da política de Estado para a região implicam no favorecimento da penetração do Capital, penetração agressiva tanto social quanto ambientalmente, em detrimento das dinâmicas econômicas de escala local movidas por interesses de caráter popular; uma segunda via pela qual se daria a manutenção da instabilidade seria a da vinculação direta dos agentes institucionais encarregados do acompanhamento dos conflitos com os grandes proprietários interessados nos recursos da área, fato constantemente denunciado pela população da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LIVROS:

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap01.htm>. Acessado em 27 de junho de 2015.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução**, em Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa/Moscou: Edições «Avante!»/Edições Progresso, 1977. Versão digital em:

<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>. Acessado em 12 de junho de 2015.

_____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **O Programa Agrário da Social-Democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, [1907] 1980.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Cap. XXIV - A chamada Acumulação Original. Obras Escolhidas em três tomos. Ed. Progresso, Lisboa – Moscou, 1982. Versão digital em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap01.htm>. Acessado em: 20 de junho de 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 3ª Ed. Campinas-SP: Papyrus, 1990.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2ª Ed. Campinas-SP: Papyrus, 1991.

QUEIROZ, Moisés Vinhas. **A terra, O homem, As reformas**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.77-116.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

ARTIGOS E TRABALHOS APRESENTADOS:

BARBANTI JR, Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. **Trabalho Apresentado “Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade”**. Indaiatuba, 2002.

MONOGRAFIAS:

NOVAIS, Juliene Moreira. **Avaliação da manutenção dos recursos naturais na Floresta Nacional do Bom Futuro e seu entorno, localizada na região noroeste do estado de Rondônia**. 58 p. Trabalho de conclusão. Engenharia Florestal, UNIR. Ji-Paraná, 2013.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010. 220 p. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

REVISTAS:

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, Ministério de Ciência e tecnologia – Centro de Estudos Estratégicos, n.12, p. 135-159, Setembro, 2001.

CAMELY, Nazira Correia. Onguismo como nova Geopolítica do Imperialismo para a Biodiversidade: um estudo sobre a Amazônia brasileira. **Revista de Geopolítica**. Ponta Grossa – PR. v.2, nº1, p. 4-23, jan./jun. 2011.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

IPEA. O avanço das commodities. **Desafios do desenvolvimento. Ano 8. Edição 66, julho, 2011.**

MOURA, Hélio Augusto de. MOREIRA, Morvan de Mello. A População da Região Norte: processos de ocupação e urbanização recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, Ministério de Ciência e tecnologia – Centro de Estudos Estratégicos, n.12, p. 214-238, Setembro, 2001.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

JORNAIS E SÍTIOS ELETRÔNICOS:

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Missão de solidariedade denuncia torturas contra camponeses em Rio Pardo**. Disponível em:<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/1828-missao-de-solidariedade-denuncia-torturas-contra-camponeses-em-rio-pardo>. Acessado em 20 de junho de 2014.

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF. **A questão florestal brasileira**: manifesto à nação. Disponível em:

http://www.condsef.org.br/portal3/downloads/manifesto_florestas_brasileiras.pdf. Acessado em 22 de maio de 2015.

Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. 2013. Disponível em:

<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=147>. Acessado em 15 de março de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. IBGE. 2009.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. **Relatório Parametrizado de Unidades de Conservação – FLONA Bom Futuro**. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/1924-flona-bom-futuro.html>. Acessado em 20 de junho de 2014.

Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental – LCP-RO. **Dilma, Confúcio e ICMBio são responsáveis pelo conflito em Rio Pardo**. 2013. Disponível em:

<http://www.resistenciacamponesa.com/noticias/632-dilma-confucio-e-icmbio-sao-os-responsaveis-pelo-conflito-em-rio-pardo?highlight=YTozOntpOjA7czozOiJib20iO2k6MTtzOjY6ImZldHVybyI7aToyO3M6MTA6ImJvbSBmdXR1cm8iO30=>. Acessado em 20 de abril de 2015.

Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Áreas protegidas, ações e iniciativas**. 2013.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/acoes-e-iniciativas/item/52>>. Acesso em 03 de maio de 2015.

O Estado de São Paulo. **Aumenta a concentração de terras na América Latina**. 2008.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,aumenta-concentracao-de-terra-na-america-latina-diz-fao,158641>. Acessado em 26 de junho de 2015.

OLIVEIRA, A.U. **Os limites do novo Censo agropecuário**. São Paulo, 2009. Disponível em http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4312:meioambiente100210&catid=32:meio-ambiente&Itemid=68. Acessado em 26 de junho de 2015.

OLIVEIRA, A.U. **Sem enfrentamento não haverá reforma agrária**. Entrevista ao Correio da Cidadania. Maio de 2007. Disponível em

http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=239&Itemid=47. Acessado em 26 de junho de 2015.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM-RO. **Boletim Climatológico Anual de Rondônia**. 2010. Disponível em:

<http://www.sedam.ro.gov.br/index.php/component/content/article/107-meteorologia/146-boletim-anual>. Acesso em 03 de maio de 2015.

Serviço Florestal Brasileiro - SFB. **Primeira concessão florestal do país completa três anos.** 23 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/noticias-do-sfb/primeira-concessao-florestal-do-pais-completa-3-anos>. Acessado em 04 de junho de 2015.

SOUZA, Hugo R. **A partilha da Amazônia: o império requisita a floresta.** **Jornal A Nova Democracia**, ano VI, nº 29. 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-29/507-a-partilha-da-amazonia-o-imperio-requisita-a-floresta>. Acesso em 22 de maio de 2015.

LEIS E DECRETOS:

BRASIL. Art. 113 da Lei 12249/10. **São alterados os limites da Floresta Nacional do Bom Futuro.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+113+da+Lei+12249%2F10>. Acessado em 20 de maio de 2015.

BRASIL. **DECRETO Nº 96.188, DE 21 DE JUNHO DE 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96188.htm. Acessado em 20 de junho de 2014.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em 06 de maio de 2015.